

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS  
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TABATINGA  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**FRANCISLÉIA RODRIGUES SABINO**

**INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA ESCOLA  
ESTADUAL PROFESSORA ROSA CRUZ**

**TABATINGA – AM  
2022**

**FRANCISLÉIA RODRIGUES SABINO**

**INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA ESCOLA  
ESTADUAL PROFESSORA ROSA CRUZ**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC apresentado como  
requisito parcial à obtenção do grau de Licenciada em  
Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. MSc. Darcimar S. Rodrigues  
Coorientadora: Prof<sup>ª</sup>. MSc. Artemizia R. Sabino

**TABATINGA – AM  
2022**

### **Ficha Catalográfica**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
**Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.**

S116ii Sabino, Francisléia Rodrigues  
Inclusão dos alunos com necessidades especiais na  
Escola Estadual Professora Rosa Cruz / Francisléia  
Rodrigues Sabino. Manaus : [s.n], 2022.  
65 f.: il., color.; 1 cm.

TCC - Graduação em Pedagogia - Licenciatura -  
Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2022.  
Inclui bibliografia  
Orientador: Rodrigues, Darcimar Souza  
Coorientador: Sabino, Artemizia Rodrigues

1. Educação Especial. 2. Inclusão Escolar. 3.  
Recursos Metodológicos. I. Rodrigues, Darcimar Souza  
(Orient.). II. Sabino, Artemizia Rodrigues (Coorient.). III.  
Universidade do Estado do Amazonas. IV. Inclusão dos  
alunos com necessidades especiais na Escola Estadual  
Professora Rosa Cruz

**Elaborado por Jeane Macelino Galves - CRB-11/463**

**FRANCISLÉIA RODRIGUES SABINO**

**INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA ESCOLA  
ESTADUAL PROFESSORA ROSA CRUZ**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC apresentado como  
requisito parcial à obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia  
pela Universidade do Estado do Amazonas.

Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

**BANCA AVALIADORA**

\_\_\_\_\_  
Orientadora Prof<sup>a</sup> Ma. Darcimar Souza Rodrigues  
Centro de Estudos Superiores de Tabatinga-UEA

\_\_\_\_\_  
Avaliadora 1: Prof<sup>o</sup> Esp. Jasmira de Almeida Amaya  
Rede de Ensino Estadual - SEDUC

\_\_\_\_\_  
Avaliador 2: Prof<sup>o</sup> Me. Raimundo Mendes de Souza  
Centro de Estudos Superiores de Tabatinga-UEA

**TABATINGA – AM  
2022**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho à minha família (Jonathan, Alexander e Emily) pela compreensão da minha ausência em muitos momentos, pelo estímulo e companheirismo durante os anos da graduação.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por me fortalecer na fé dando-me esperança, proteção e inteligência na luta para vencer os desafios durante o período da graduação.

Aos meus pais (Francisco Rodrigues Sabino e Maria de Melo Rodrigues) e meu padrasto José Aciole pelo amor incondicional e incentivo de todos os dias.

Aos meus irmãos: Artemizia Rodrigues, Ivanei de Melo, Helder José Rodrigues, Elimar Rodrigues, Maria Cléia Rodrigues, Ivanilde de Melo por me darem forças e estarem sempre presente nos momentos que mais precisei.

Ao meu esposo Jhonatan da Silva Bichara e filhos Alexander Sabino e Emily Sofia Sabino pelo apoio nas horas difíceis e pela compreensão da minha ausência em momentos familiares.

À minha orientadora, Professora Mestre Darcimar Souza Rodrigues pela troca de experiências e por compartilhar comigo seus conhecimentos.

À professora Mestre Diana Guzmán Rodrigues e ao Professor Diones de Lima Souza que me receberam com todo carinho dando-me orientações sobre o trabalho pedagógico desenvolvido na sala de aula com os alunos especiais e algumas sugestões para melhorar o trabalho.

À Escola Estadual Professora Rosa Cruz no município de Benjamin Constant que abriu suas portas para que eu pudesse realizar o estágio supervisionado e desenvolver esse trabalho e assim todos os professores da referida escola com seus acolhimentos e experiências enriquecendo na minha futura vida profissional.

A todos os professores do curso de Pedagogia que contribuíram na minha formação.

À Universidade do Estado do Amazonas pela oportunidade cedida ao cidadão fronteiro de cursar o ensino superior em seu próprio território.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro por meio do Programa Residência Pedagógica.

A todos os colegas de curso pelos momentos de formação e distração nas atividades acadêmicas.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram com essa conquista.

## RESUMO

Esse trabalho tem como Tema: “Inclusão De Alunos Com Necessidades Especiais Na Escola Estadual Professora Rosa Cruz”. A Educação Especial vem ganhando espaço dentro das escolas públicas brasileiras. Mas, o processo de inclusão ainda não está concretizado, uma vez que isto depende de toda uma estrutura seja física encontrada na arquitetura de uma escola (acessibilidade), seja nas questões pedagógicas com recursos humanos e materiais disponíveis para atender a demanda. Este estudo tem o objetivo de analisar como acontece a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais na Escola Estadual Professora Rosa Cruz. Utilizamos uma abordagem qualitativa para compreender os sujeitos da pesquisa em seu ambiente escolar. A pesquisa bibliográfica e de campo nortearam os trabalhos por meio da observação e aplicação de questionário. Constatamos que os professores enfrentam dificuldades como a falta de recursos materiais, falta de professor auxiliar da vida escolar, falta de adaptação adequada na estrutura física da escola que são elementos fundamentais para promover acessibilidade e a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.

**Palavras chaves:** Educação Especial; Inclusão Escolar; Recursos Metodológicos.

## RESUMEN

Este trabajo tiene como tema “ inclusión de los alumnos con necesidades especiales en la Escuela Estadual Professora Rosa Cruz”. La Educación Especial viene ganando terreno en las escuelas públicas brasileñas. Pero el proceso de inclusión aún no se ha implementado, ya que depende de toda una estructura, sea física que se encuentra en la arquitectura de una escuela (accesibilidad), o en cuestiones pedagógicas con recursos humanos y materiales disponibles para atender la demanda. Este estudio tiene como objetivo analizar cómo ocurre la inclusión de estudiantes con necesidades educativas especiales en la Escola Estadual Professora Rosa Cruz. Utilizamos un enfoque cualitativo para comprender a los sujetos de investigación en su entorno escolar. La investigación bibliográfica y de campo orientó el trabajo a través de la observación y aplicación de un cuestionario. Encontramos que los docentes se enfrentan a dificultades como la falta de recursos materiales, la falta de un profesor auxiliar para la vida escolar, la falta de adecuación adecuada en la estructura física de la escuela, que son elementos fundamentales para promover la accesibilidad y la inclusión de los estudiantes con necesidades educativas especiales

**Palabras llave:** Educación Especial; Inclusión Escolar; Recursos metodológicos.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>CAPÍTULO I – REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	12
1.1 A educação especial e o processo de inclusão social .....	13
1.2 A inclusão escolar de pessoas com deficiência e/ou necessidades educativas especiais .....	19
1.3 A sala de recursos metodológicos e a promoção da vida em sociedade .....	23
1.4 Recursos adaptados para o atendimento e a promoção da inclusão escolar .....	31
<b>CAPÍTULO II – MATERIAIS E MÉTODOS</b> .....	34
2.1 Abordagem .....	34
2.2 Técnicas e instrumentos de coleta de dados .....	35
2.3 Caracterização do local da pesquisa .....	36
<b>CAPÍTULO III – RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	38
3.1 Características e desenvolvimento dos alunos com dificuldades educativas especiais.....	38
3.2 Da sala de recurso ao atendimento dos alunos com necessidades educativas especiais.....	48
3.3 Os recursos metodológicos no processo ensino-aprendizagem .....	54
3.4 As dificuldades na aprendizagem de alunos com necessidades educativas especiais .....	57
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	62
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	64

## INTRODUÇÃO

A Educação Especial vem ganhando espaço dentro das escolas públicas brasileiras, mas o processo de inclusão ainda não está concretizado, uma vez que, isto depende de toda uma estrutura física encontrada na arquitetura de uma escola (acessibilidade), nas questões pedagógicas com recursos humanos e materiais disponíveis para atender a demanda. Nesse sentido, nos questionamos se as escolas públicas do município de Benjamin Constant - AM possuem os recursos necessários para atender e incluir o público da educação especial em seu processo de sistematização do conhecimento? Os professores têm formação adequada para atuar com alunos especiais? Há uma formação continuada dos professores para atender a demanda com qualidade?

Na finalidade de obter possíveis respostas a esses questionamentos, optamos por realizar um trabalho investigativo na Escola Estadual Professora Rosa Cruz em Benjamin Constant-AM, como campo a ser estudado, por ser uma instituição que oferece atendimento aos alunos com necessidades especiais no município. A escola é o Centro de referência de ensino da cidade e atua desde 1992, levando esperança as crianças especiais e a seus familiares ao oportunizar o desenvolvimento de sua aprendizagem e habilidades físicas e cognitivas.

Por outro lado, sabemos que esse não é um processo simples e que as escolas brasileiras enfrentam diversos desafios, para atender os cidadãos com necessidades especiais, que vão desde a falta de uma boa infraestrutura física como a falta de profissionais qualificados para trabalhar com esses alunos, além de materiais didáticos e pedagógicos. É relevante frisar que o aluno com necessidades especiais, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação é um ser que necessita desenvolver suas habilidades, aproveitando seu potencial, pois cada um tem o próprio tempo para aprender e de maneiras diferentes. A escola tem papel ímpar nesse processo de socialização.

O público da Educação Especial ainda encontra barreiras ao ingressar nas instituições escolares, uma vez que a própria estrutura física é em muitos casos, um dos maiores transtornos para a inclusão do aluno. Neste sentido Leite et. al. (2013 p.1) compreende Educação especial como “uma modalidade de ensino que foi organizada para atender especifica e exclusivamente alunos com determinadas necessidades especiais, com o principal objetivo de atender às diferenças individuais dos alunos”.

Além da questão da arquitetura escolar ser importante no processo inclusivo da criança, o professor da educação especial deve estar sempre atento aos métodos e técnicas utilizadas para atuar com seu aluno, pois sua aula deve ser bem planejada, voltada para o tipo de dificuldade apresentada pelo discente, dando oportunidade para que ele desenvolva suas capacidades, além de fornecer autogestão dessas crianças para viver e atuar na sociedade como qualquer ser humano. A formação de docentes que trabalham com a educação especial torna-se relevante também para que o processo de educação obtenha êxito.

Nesse sentido a presente pesquisa teve o objetivo geral: analisar como acontece a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais na Escola Estadual Professora Rosa Cruz. E para alcançar essa finalidade elencou quatro objetivos específicos: (1) Identificar os tipos de necessidades educativas especiais existentes na escola pesquisada; (2) Averiguar se a escola possui sala de recurso multifuncional, se utiliza de recursos materiais e humanos que colaboram no processo de ensino das crianças com necessidades educativas especiais e seu bem-estar no ambiente escolar; (3) Verificar quais os recursos e metodologias são utilizados pelo professor (a) no processo de ensino voltados para crianças com necessidades especiais como, transtornos globais do desenvolvimento ou superdotação; e (4) Detectar e enumerar as dificuldades encontradas pelos professores que trabalham com as crianças com necessidades especiais como transtornos globais do desenvolvimento ou superdotação.

A pesquisa se mostra relevante por apresentar as ações educacionais, na modalidade de educação especial, que vem sendo desenvolvidas no município de Benjamin Constant para pôr em prática o desafio de incluir os alunos com necessidades especiais nas práticas do contexto escolar da rede regular de ensino. Os estudantes que fazem parte dessa modalidade de ensino vêm aos poucos conquistado espaço na sociedade com efetivação das políticas públicas brasileiras. Na prática os professores e alunos ainda enfrentam dificuldades para a consolidação do processo ensino-aprendizagem, pois a falta de recursos e metodologias adaptadas que visam colaborar para a inclusão dos discentes com limitações é fator limitante do trabalho pedagógico.

Portanto, o Capítulo I, aborda uma breve revisão bibliográfica sobre a educação especial no seu processo de desenvolvimento e implantação; O Capítulo II, relata a metodologia adotada para a realização da pesquisa e o caminho percorrido; O Capítulo III, expõem os resultados da pesquisa fazendo uma análise dos dados coletados na escola, que vão desde a adaptação dos

ambientes físicos, dos recursos e materiais disponíveis, além dos planos de ensino usados na escola. E por fim, as considerações finais e as referências bibliográficas.

## CAPÍTULO I – REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo apresentamos diversos autores que embasam o trabalho discorrendo sobre a educação especial e inclusiva mostrando a importância de refletirmos sobre essa temática que tanto tem afetado a sociedade e que por milênios foi negligenciada. A modalidade de educação especial vem sendo pauta de discussões com manifestações sociais e políticas que colaboram para sua propagação e o desenvolvimento de políticas públicas que sensibilizem a sociedade em geral da real necessidade de tratar as pessoas especiais com respeito e dignidade. Cabe lembrar, que as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação são capazes de desenvolver diversas habilidades e contribuir com o progresso do país se forem estimuladas e potencializadas em suas limitações. A maioria até pode se sobressair melhor que as pessoas ditas normais em diversas atividades do cotidiano, basta que sejam encorajadas da forma correta.

A educação especial tem sido tema de debate nas discussões científicas o que tem assegurado certos avanços na concretização do direito de todos à educação escolar. Mas, em pleno século XXI ainda evolui de forma lenta e passa por grandes desafios em sua implementação nas escolas públicas de ensino regular, pois geralmente, as escolas possuem estruturas precárias com recursos mínimos para atendimento dos educandos especiais com a qualidade necessária.

Sabemos que a educação inclusiva vem fazer parte do cotidiano escolar para quebrar os paradigmas abrangendo a educação especial na busca de eliminar as barreiras que ocorrem no processo educativo e deve levar em consideração a especificidade de cada cidadão na finalidade de integrá-lo ao contexto escolar proporcionando sua interação no espaço escolar com todos os envolvidos no processo educativo, de acordo com o que regulamenta o artigo 58 da Lei nº 9.394 de 1996, em que essa modalidade escolar é ofertada no ensino regular (BRASIL, 1996).

As escolas ainda não estão preparadas para receber pessoas com diferentes tipos de limitações em suas turmas regulares, e, em vez de incluir passam a colaborar para a segregação dos alunos com necessidades, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que mais precisam dos espaços escolares diferenciados para a sua socialização. E assim, as instituições contribuem para segregar as pessoas que possuem algum tipo de limitação desde a educação infantil dificultando a chegada destes nos níveis mais elevados de ensino na sociedade brasileira.

As ações pedagógicas também podem se tornar um fator de exclusão para essas pessoas, visto que, em muitos casos os professores e demais profissionais que trabalham nas escolas não têm uma formação específica para lidar com os discentes com diferentes limitações físicas e/ou cognitivas. E não sabem como agir em determinados momentos, em particular, quando esses alunos mudam seus comportamentos e se negam a obedecer os mesmos.

A carência de recursos didáticos e pedagógicos específicos para trabalhar no foco das limitações de cada aluno, se torna um problema por não permitir que os professores desenvolvam atividades focadas nas igualdades e diferenças dos estudantes, em virtudes de suas necessidades especiais buscam despertar e incentivar o aperfeiçoamento de suas habilidades, acentuando o processo de exclusão social no cotidiano escolar. Além disso, a falta de parceria das famílias junto a escola é preocupante, pois é uma barreira, onde externamente percebe-se que os familiares querem mesmo é se ver livre da responsabilidade de contribuir no processo de desenvolvimento e inclusão do aluno, deixando a cargo somente da escola a incumbência desta árdua tarefa.

A criança ou o jovem que têm limitação física e/ou mental carregam consigo a dificuldade em exercer atividades físicas, ou intelectuais que comprometem sua mobilidade por alguma formação congênita, por conseqüências neurológicas apresentando problemas mentais no cérebro que impedem de raciocinar normalmente e assim, merecem um olhar diferenciado no seu processo de formação escolar. Por isso, a escola deve ter o papel imprescindível de contribuir na integração desse ser à sociedade por meio da inclusão educativa, mas para isso, é de suma importância que a instituição esteja preparada e adaptada com mobilidade acessível, professores e demais funcionários formados e engajados no propósito de garantir a inclusão efetiva desses cidadãos no espaço escolar e no processo educativo.

## **1. 1 A educação especial e o processo de inclusão social**

A educação de acordo com o artigo 205 da Constituição Federal é um “ direito de todos e dever do Estado e família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o Trabalho”. Percebemos que a educação como um direito de todos é bem recente na sociedade brasileira e que tem passado por mudanças com avanços e retrocessos ao

longo da história. A carta magna afirma em seu artigo 206 que “O ensino será ministrado com base nos princípios” de “I - igualdade de condições e permanência na escola”. Contudo quando voltamos para a modalidade de educação especial existem lacunas que necessitam ser preenchidas. Há mais de trinta anos se considerarmos esse documento base, principalmente por ela ser apoiada nas redes regulares de ensino em detrimento de maiores investimentos na rede pública de ensino do Brasil, mesmo que o artigo 208 da Constituição Federal afirme que “O dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:” “III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

A Legislação Nacional vai de encontro com as questões práticas existentes nas escolas uma vez que, quando levamos em consideração o público da educação especial, na maioria das vezes, estão matriculados nas escolas públicas, mas as instituições não proporcionam as condições de acesso e permanência dessas pessoas, a prova disso é que àqueles com necessidades especiais como, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, dificilmente chegam ao ensino médio e superior.

Com isso, diversas manifestações sociais têm colaborado para a consolidação da Educação Especial, tomando como base a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei N° 9.394/96), a Declaração de Salamanca, de 1994, que passam a direcionar as políticas voltadas para a Educação especial. A LDB 9.394/96 em seu artigo 58 afirma que a educação especial é “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educando com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (Redação dada pela lei 12.796, de 2013). À medida que os anos vão se passando, torna-se fundamental a mudança na legislação, para que atenda as peculiaridades de todos os brasileiros, principalmente no que se refere à educação escolar que negligenciou por muito tempo o direito à educação de pessoas com necessidades especiais, sendo excludentes.

É importante que as famílias e a escola possam fornecer aos alunos oportunidades para desenvolver as habilidades necessárias para sua formação integral. Nesse processo de aprendizagem serviços complementares também devem somar-se às práticas escolares como estabelece o artigo 58 da LDB 9.394/96: “§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela da educação

especial”. Nesse sentido “§O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular”.

A inclusão do aluno na rede regular de ensino, vem na busca de acabar com todas as formas de segregação ocorridos ao longo da história da educação. É importante que os alunos com necessidades especiais tornem-se parte do ensino regular, realizem as mesmas atividades desenvolvidas por todos os demais da turma, porém destacamos que a pessoa de um professor auxiliar, recursos e técnicas mais diferenciadas serão peças fundamentais para viabilizar a construção do conhecimento do público especial nas escolas. Percebemos que outro fator a ser destacado é o atendimento especializado como mostra a LDB, matriculado no contraturno na própria escola ou em centros especializados que colaborarão para suprir as necessidades de aprendizagem diferentes.

Esse tema polêmico, traz consigo um discurso carregado de inovações, o qual é introduzido nas escolas por meio de métodos pedagógicos que auxiliam os alunos deficientes no seu possível desenvolvimento, visando promover e oferecer uma melhor qualidade de vida escolar e social.

A educação especial é transversal, que perpassa todos os níveis de ensino sendo uma modalidade de ensino voltada para atender as pessoas que possuem necessidade especial mental, físicas, transtorno globais, superdotação, entre outros. A educação especial passou a ser reconhecida devido a exclusão social desde o período em que o Brasil era uma colônia. Para que as pessoas com alguma necessidade pudessem usufruir do direito à educação, foram necessárias diversas lutas sociais, organizações de leis e elaboração de políticas públicas para que os direitos básicos à educação escolar na modalidade de educação especial.

Assim, tanto a formação continuada de professores envolvendo reflexão e elaboração teórica sobre a educação especial e práticas explorando recursos materiais, que favoreçam o desenvolvimento dos alunos, são algumas das barreiras quebradas nesse processo. Nota-se que “o contexto da educação especial na perspectiva de uma educação inclusiva, inicia uma trajetória de mudanças, a partir da entrada do aluno da educação especial no terreno já tão permeado por conflitos e dificuldades que é a sala de aula regular, principalmente, a da escola pública” (SANTOS, 2017, p. 9).



Percebemos que mesmo com os avanços obtidos ao longo da história da educação especial, estes alunos ainda enfrentam muitas dificuldades, porém traz uma perspectiva de mudança. As dificuldades passam a ser vistas como novas possibilidades reconhecimentos pelo direito à educação de forma que os alunos, ao interagir, aprendem e se relacionam com os professores. É nesta expectativa que a educação especial traz grandes inovações nas escolas, voltadas para o atendimento do aluno especial que causa divergência de opinião e ideias voltada ao tema. Para Mendonça (2015, p. 2), “a Educação Especial é um tema polêmico e tem sido um terreno fértil para o aparecimento de polêmicas, modismos e inovações na escola, com propostas pedagógicas motivando melhoria da qualidade de vida escolar e social das pessoas com deficiência”.

A educação especial pretende dar visibilidade a pessoa com necessidade, melhorando sua qualidade de vida na escola, no contexto familiar e social, pois os avanços da ciência e tecnologia tem colaborado para que se possa desenvolver suas habilidades e participar dos processos sociais como explorando as tecnologias assistivas possibilitando maior acesso à cultura, lazer, saúde e trabalho. Esses fatores corroboram para esses indivíduos se tornarem cidadãos críticos e participativos na sociedade. Assim, os profissionais da educação especial necessitam estar cada vez mais comprometidos com o exercício da função, lutando por uma educação inclusiva melhor no atendimento e permanência das pessoas com deficiência nas escolas regulares ou não. Nas palavras de Mendonça (2015, p. 6),

A Educação Especial é destinada a indivíduos que por possuírem deficiências motoras e/ou neurológicas graves não conseguem estar numa escola regular, possui notoriamente sua importância no desenvolvimento físico, psíquico e cognitivo destes alunos, sem deixar de contribuir significativamente no aspecto escolar em que estes estão inseridos. Ela também está aberta a escola inclusiva para atendimento aos alunos com dificuldades cognitivas que impedem a escolarização destes na escola regular, com Atendimento Educacional Especializado no fortalecimento de aptidões e suprindo as lacunas que o aluno deficiente necessita para continuar aprendendo.

Destacamos que ao educando da educação especial, a matrícula deve ser efetivada preferencialmente na rede regular de ensino. Com isso, a escola deve ter um olhar diferenciado para cada aluno, visando desenvolver ações pedagógicas diferenciadas adaptando-se às especificidades dentro de seu ambiente, possibilitando a participação ativa de seus estudantes estimulando o desenvolvimento de suas habilidades. Ações de adaptação de recursos materiais na escola com objetivo de melhorias na aprendizagem, ganham relevância significativa na vida dos

alunos, já que promove seu desenvolvimento físico e cognitivo com o auxílio de algumas práticas pedagógicas inovadoras, mediando o processo de ensino, colaborando para inclusão.

A inclusão social de pessoas com necessidades especiais nos ambientes escolares é importante para que alunos com deficiências como, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação se parte da sociedade, pois assim são levados a integrar, interagir e se desenvolver com liberdade, dignidade e respeito, possibilitando a todos conviver com as diferenças e diversidade. Segundo Mazzota e D'Antino (2011, p. 02), “a inclusão social tem se consagrado no mundo ocidental, especialmente a partir da década de 1980, como lema impulsionador de importantes movimentos sociais e ações políticas”. Ressaltamos que os direitos individuais e coletivos das pessoas com deficiências é reconhecido nas Diretrizes Nacionais para educação Especial (2001, p. 11) especificado na Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que “dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, assegurando o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais”.

Percebemos que já avançamos, ao saber que no século XIX, falar de inclusão das pessoas com necessidades especiais era um desafio, não deixar de ser. Mas, neste período elas eram tratadas pela sociedade como demonizadas e por isso, não somente excluía essas pessoas como as torturavam, abandonavam e violentavam até a morte. Eram consideradas pessoas indignas de viver na sociedade. A igreja católica dizia que eram pessoas pecadoras e sem direito algum na sociedade, em virtude disso, as famílias quando tinham um membro com necessidade especial preferiam esconder dos olhares de todos.

Na visão de Oliveira (2016, p. 10), “os deficientes eram reconhecidos como incapazes e indignos de ter acesso à educação escolar, esse período foi marcado por atitudes sociais de exclusão educacional”. Nos dias atuais a sociedade ainda se mostra imatura em reconhecer os direitos dos cidadãos ditos normais, quanto mais dos deficientes. E a escola é a instituição que possibilitará que esse reconhecimento ocorra, transformando a vida desses indivíduos por meio das ações pedagógicas.

No Brasil, o avanço da tecnologia possibilita novas descobertas na medicina e em estudos científicos, que passaram a fazer o reconhecimento da deficiência como doença. Doença que pode ser tratada na área da saúde. Na educação, os profissionais podem usar métodos pedagógicos inovadores que auxiliam na aptidão física e mental no processo de ensino-aprendizagem. Acabar com a exclusão, o preconceito social é um papel de todos, e

principalmente é dever sendo papel da escola, evitando que os alunos sofram práticas de discriminação, sendo alvo de risos, piadas e desvalorização como ser humano, incapaz de superar suas limitações. Zluhan e Raitz (2014, p. 35), concorda que as situações de preconceitos estão ligados à cultura da sociedade ao relatar que:

[...] no Brasil ainda há avanços e recursos, progressos e retrocessos quanto à implantação dos direitos de cidadania e democracia, devido a uma herança histórica que estabelece distinções, discriminações e preconceitos, não só no plano material, mas também cultural, social, racial. Além do relacionamento a gênero e idade. O princípio de que todos são iguais perante a lei não suprime os problemas sociais que ainda são vividos no País.

A luta pela cidadania, autonomia e da inclusão dos especiais no meio social, já vem ganhando espaços, por mais pequena que seja, já é um avanço. A escola precisa desempenhar seu verdadeiro papel na inclusão desses alunos, ai então, esses problemas serão minimizados, pois

Muitos desses problemas se refletem diretamente na ação pedagógica da escola, visto que os filhos vivem e sofrem as mazelas causadas pelo desemprego, falta de moradia, falta de alimentação, entre tantas outras dificuldades. A escola é parte integrante da sociedade e não consegue viver apartada dela, seus muros não conseguem impedir o reflexo das desigualdades, das violências e das tragédias (ZLUHAN; RAITZ 2014, p. 35-36).

É perceptível que a inclusão social deve ser promovida não só no ambiente escolar, mas nos demais espaços da sociedade como em parques, empresas, museus entre outros para sensibilizar todos os cidadãos do valor que o ser humano com necessidade especial também possui. De acordo com Kailer (2013, p. 6),

Com o passar do tempo, novos movimentos em busca da conscientização da população vêm sendo criados a fim de despertar a necessidade de aprendermos a conviver com as diferenças, possibilitando a todos uma inserção plena nos diferentes setores sociais. No que diz a respeito à educação inclusiva, percebe-se que está ligada intimamente à concepção de uma educação de qualidade para todos, sem qualquer distinção, tal como se verificar na declaração Universal dos Direitos humanos.

É fundamental a convivência com os demais cidadãos, para perpetuar práticas de solidariedade e respeito as diferenças. No ensino inclusivo, a escola não pode ser considerada apenas como um ambiente transmissor de conhecimentos, mas deve também ser espaço aonde se promova o respeito as diferenças, sejam de gênero, raça, cor, religião ou de necessidade especial.

Esse ambiente precisa propiciar aprendizagem e vivências, que ajudem os alunos na efetivação de sua cidadania, assegurando as condições para que estes se desenvolvam respeitando-se mutuamente.

A inclusão é a inserção social de cidadãos segregados da sociedade por inúmeros motivos, assim, “falar em inclusão implica considerar grupos ou indivíduos de origem negra, indígena, ou ainda, grupos economicamente desfavorecidos e marcados pela desigualdade social. [...] que apresentam algum tipo de deficiência e que por esse motivo são segregados dos demais” (KAILER 2013, p. 2).

As pessoas com necessidades especiais são como todos os outros cidadãos da sociedade que, tem direitos e deveres de igual maneira, principalmente a uma formação educacional de qualidade. Onde possa ser oferecido e oportunizado o conhecimento técnico, científico e econômico para que possa se desenvolver intelectualmente e profissionalmente, assegurando-lhe e possibilitando ter autonomia, no qual possam exercer seu papel no meio social, dando a oportunidade de viver de forma cívica, desfrutando da sua saúde, educação, moradia, trabalho, segurança, lazer e cultura. Zluhan e Raitz (2014, p. 36) afirmam que;

No Brasil, há muitas pessoas que ainda não alcançaram sua cidadania e conviver diariamente com a violação dos seus direitos, o analfabetismo, a má distribuição das propriedades de terra, as mazelas provocadas pela dívida externa elevada, pela economia controlada em partes pelas multinacionais, pela corrupção generalizada e pelo desrespeito aos princípios básicos da humanidade.

Essa é a realidade vivida por inúmeros brasileiros, por conta da má distribuição de renda, advinda da economia do Brasil, não são reconhecidos os direitos básicos de muitas pessoas como o direito à educação, direito à cidadania, direito à oportunidade de trabalhar, levando muitos a morar nas ruas, sem ter o que comer, vestir e sem dignidade alguma.

Portanto, esses brasileiros não estão sendo incluídos na sociedade, pelo contrário, estão sendo excluídos e desrespeitados, uma vez que, suas diferenças étnicas, culturais, religiosas, sexuais e outras não são levadas em consideração no meio social.

## **1. 2 A inclusão escolar de pessoas com deficiência e/ou necessidades educativas especiais**

A inclusão escolar é uma necessidade do mundo contemporâneo, e vem ganhando espaço pouco a pouco, mas passa por grandes desafios nas políticas pedagógicas das escolas públicas

para sua efetivação, dado que, nem todas as escolas estão preparadas e equipadas o suficiente para receber alunos com necessidades especiais e promover sua inclusão. A inclusão prevê a participação ativa das pessoas com deficiências e as ditas normais em um processo educativo equalizado, para que juntas possam desenvolver suas habilidades físicas e cognitivas independentemente de suas limitações. Como reforça Silva (2015 p.3) “A inclusão escolar é um processo que vem progressivamente acontecendo nas escolas, no intuito de fazer com que todos os educandos aprendam juntos, independentemente de suas características, habilidades ou limitações, oferecendo a todos as mesmas oportunidades de ensino”.

Para que a escola inclusiva se torne espaço de promoção da inclusão, além de cumprir as obrigações legais que regem essa prática, ela deve garantir aos seus educandos condições físicas, metodológicas e de recursos humanos qualificados que estejam aptos a dar suporte aos alunos para desenvolverem seus potenciais e se locomoverem livremente no ambiente escolar. De acordo com Souza (2012, p. 26), “a verdadeira inclusão possibilita envolvimento troca de experiência, convívio, descoberta do novo, tudo isso será consequência de uma escola com qualidade, uma escola que seja capaz de compreender que cada aluno é único, e que todo ser humano de alguma forma possui limitações no seu cotidiano”.

A integração e interação desses alunos com as diversidades e particularidades limitantes de cada um, pode gerar o respeito a individualidade, e novas experiências de relações de empatia no dia-dia escolar, fazendo com que cada criança e jovem com necessidades especiais, sintam-se acolhido, como se fosse o seu próprio lar. Segundo Frias (2008/2009, p. 11), “sendo a escola, o espaço primeiro e fundamental da manifestação da diversidade decorre a necessidade de repensar e defender a escolarização como princípio inclusivo, reconhecendo a possibilidade e o direito de todos que não são por ela alcançados”. O autor reforça dizendo que,

desta forma, o movimento de inclusão traz como premissa básica propiciar a Educação para todos, uma vez que, o direito constitucional. No entanto, sabemos que a realidade desse processo inclusivo ainda é bem diferente do que se propõe na legislação e requer ainda muitas discussões relativas ao tema. O que podemos perceber é bem diferente do que se propõe na legislação e realidade educacional, a inclusão dos alunos que apresentam necessidades especiais no ensino regular não se consolidou da forma desejada, a proposta de educação atual vigente ainda não oferece nem grandes condições satisfatórias para ser considerada efetivamente inclusiva. Ainda, se faz necessária uma maior competência profissional, projetos educacionais mais elaborados, uma maior gama de possibilidades de recursos educacionais (Frias, 2008/2009, p. 11).

Mas aos poucos esse processo de inclusão de alunos com deficiências está caminhando para um bom resultado nas instituições, que possa abarcar alunos tanto com necessidades especiais, e alunos ditos normais, alunos negros, alunos indígenas e etc, a se sentirem incluído no processo de educação. Vivendo com uma gama de diversidade onde todos possam se respeitar e se reconhecer como únicos.

Para que a inclusão realmente aconteça as políticas governamentais precisam estar envolvidos, diretamente no apoio e investimento dando suporte na educação e as escolas em projetos políticos pedagógicos dentro de uma estrutura mais flexível aberto a inclusão.

A proposta de incluir alunos com deficiência na escola regular requer mudanças efetivas e reformas contínuas dentro de uma estrutura muitas vezes pouco flexível. Para se obter uma real inclusão, é necessário modificar estruturas e inovar metodológicas de ensino, reformulando práticas e propondo melhorias e valores que promovam uma educação para todos, que respeite as características alunos (KAILER 2013, p.12).

Estas reformas caberiam primeiramente em construções das estruturas físicas como instalação de pisos antiderrapante, construção de rampas, corredores, elevadores, corrimãos, banheiros adaptados para acomodação de cadeiras de rodas, cartaz de sinalização aos deficientes visuais e surdos, além de adaptações no currículo como mostra o autor Frias (2008/2009, p. 14), quando diz;

Existem algumas adaptações no currículo para garantir a inclusão de alunos na escola:

- A criação de condições físicas, materiais e ambientais na sala de aula;
- Favorecer o melhor nível possível de comunicação e interação do aluno com toda a comunidade escolar;
- Permitir e favorecer a participação do aluno em toda e qualquer atividade escolar;
- Lutar pela aquisição de equipamentos e materiais específicos necessários;
- Realizar adaptações em materiais de uso comum em sala de aula;
- Permitir sistemas alternativos de comunicação, tanto no decorrer das aulas como nas avaliações, para alunos que não utilizam a comunicação oral;
- Colaboração na eliminação de sentidos de baixa auto-estima, inferioridade, menos valia ou fracasso.

Além de todas essas adaptações que o autor Frias cita para que a escola seja de inclusão é importante também que a família tenha uma total parceria com a escola e que essa parceria seja reforçada e explicada nas reuniões que as escolas oferecem, para que os pais possam visualizar o quão é relevante sua participação direta na educação dos alunados.

A participação das famílias se estende ao cotidiano escolar, pois a escola não pode ser responsabilizada, sozinha, pela educação das crianças e adolescentes. Já que a família e escola desempenham papéis complementares. Não se pode mais continuar com o dedo indicador apontado, buscando culpados para a indisciplina, a violência e o baixo rendimento escolar. Cada segmento deve responsabilizar-se por suas obrigações e, se cada um cumprir o seu papel, todos estarão juntos como parceiros, na tarefa de educar as crianças, alunos e futuros cidadãos. (ZLUHAN E RAITZ 2014, p. 49)

Por isso a família é importante no apoio do aluno na escola, pois através dela ao acompanhamento do filho vai ajudá-lo a possibilitar o aumento do interesse, estimulando uma melhor qualidade em sua aprendizagem, além de permite fortalecer o vínculo do respeito entre a escola e os familiares.

Para que a escola perceba a necessidade das mudanças, é preciso uma avaliação constante sobre as práticas inclusivas que nela estão sendo desenvolvidas, o que pode se dar através de discursões e reflexões que devem ser mediadas pela equipe pedagógica, buscando identificar as especificidades do trabalho na realização de uma educação para todos e, da mesma forma, perceber, minimizar, ou mesmo solucionar as dificuldades encontradas (KAILER 2013, p. 13).

E a família dando um apoio direto na educação e desenvolvimento dos filhos, permitirá uma visão para a escola, onde se pode melhorar com as parcerias de ambas. As crianças com necessidades educacionais especiais precisam se sentirem incluídas nas escolas, mostrando de alguma forma sua capacidade de aprender e descobrindo suas habilidades sendo motivadas, pelas escolas que mostrando em seu trabalho pedagógico, meios e métodos para que elas se sintam valorizadas e mais ainda capazes de ter uma autonomia. Que venham dar suporte para que elas tenham espaço na sua vida social.

O conceito de educação inclusiva assenta no fato de a pedagogia estar sempre centrada no aluno com NEE, tendo em conta as suas características e necessidades. Deste modo, a educação inclusiva tem como base alguns princípios enunciados por Correia, 2008 apud Silva (2015, p. 16):

- todos os alunos [...] têm o direito a ser educados em ambientes inclusivos;
- todos os alunos com NEE são capazes de aprender e de contribuir para a sociedade onde estão inseridos;
- todos os alunos com NEE devem ter oportunidades iguais de acesso a serviços de qualidade que lhes permitam alcançar sucesso;
- todos os alunos com NEE devem ter acesso a serviços de apoio especializados;
- todos os alunos com NEE devem ter acesso a um currículo diversificado;

- todos os alunos com NEE devem ter a oportunidade de trabalhar em grupo e de participar em atividades extra-escolares e em eventos comunitários, sociais e recreativos;
- todos os alunos [...] devem ser ensinados a apreciar as diferenças e similaridades do ser humano.

Tendo uma escola esses princípios ela cumprirá com seu papel social de trabalhar com as diferenças e inclusão das crianças com necessidades especiais. De acordo com Ministério da Educação (MEC, 2010, p 6). “A escola deve cumprir sua função social, construindo uma proposta pedagógica capaz de valorizar as diferenças, com a oferta da escolarização nas classes comuns do ensino regular e do atendimento as necessidades específicas dos seus alunos”

### **1.3 A sala de recurso multifuncional e a promoção da vida em sociedade**

A sala de recursos multifuncional é contemplado de um espaço pedagógico na própria escola, para que alunos com necessidades especiais como, transtornos globais, autismo, necessidade visual, surdes, necessidades educacionais e outros, possam vencer suas limitações com a ajuda de alguns materiais pedagógicos adaptados e profissionais formados e especializados, como o professor mediador e auxiliares para que a criança ou o jovem se sinta capaz de desenvolver sua aprendizagem vencendo suas dificuldades. Para Moreira e Canto (2014, p. 02),

A sala de Recursos Multifuncional (SRM) são espaços físicos nas escolas públicas de educação básica onde se realiza o AEE. A denominação se refere ao entendimento do que esse espaço pode ser utilizado para atender as diversas e específicas necessidades de cada aluno com necessidades educacionais especiais. Portanto, essa sala de recursos é multifuncional em virtude de sua constituição ser flexível para promover os diversos tipos de acessibilidade ao currículo, de acordo com as necessidades de cada contexto educacional.

De acordo com Garcia e Rocha (2018, p.3), “a sala de recurso multifuncional tem a função por meio do atendimento educacional especializado para garantir a participação dos alunos em situação de deficiência, por meio recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras, garantidos condições de acesso ao currículo”. Segundo Miranda (2009, et. al, p. 3),



a sala de recursos multifuncionais é um espaço na escola onde acontece o atendimento especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, a fim de desenvolver a aprendizagem, baseada em novas práticas pedagógicas, com o intuito de auxiliar esses alunos a acompanharem o currículo proposto pela escola, como também, progredirem na vida escolar.

Moreira e Canto (2014, p. 03) reforçam sobre qual é a clientela da sala de recursos:

A clientela dos alunos atendidos na sala de recursos multifuncional (SRM) consiste naqueles que apresentam necessidade educacional especial temporária ou permanente, enquadrando-se os alunos com as seguintes características: dificuldades acentuadas de aprendizagem, limitações no processo de desenvolvimento que dificultam o acompanhamento das atividades curriculares; dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais; que evidenciem altas habilidades/superdotação; apresentem grande facilidade ou interesse em relação a algum tema; grande criatividade ou talento específico, enfrentam limitações no processo de aprendizagem devido a condições, distúrbios, disfunções ou deficiências (autismo, déficit de atenção, dislexia, deficiência física, paralisia cerebral, deficiência auditiva, deficiência mental, deficiência visual; múltiplas deficiências, condutas típicas, hiperatividade, etc.)

Desta forma os autores Moreira e Canto nos orienta bem quem são os privilegiados da sala de recursos para não nos enganamos. Assim a sala de recursos multifuncional vem para contribuir no ensino diminuindo o distanciamento na educação.

A criação da sala de recurso, acontece com a intenção de diminuir a distância existente entre o ensino regular e a educação especial, visto que a discussão em torno do debate do processo da segregação das instituições especializadas, revelava o distanciamento destes espaços do ensino regular. Seu surgimento acontece no contexto onde este espaço normaliza o aluno em situação de deficiência, em razão que estes sujeitos não eram considerados pessoa normal, para aos padrões da sociedade, logo precisavam ficar um determinado tempo desenvolvendo atividades, que favorecesse a sua normalização e posteriormente ao alcançar este padrão normal da sociedade eram inseridos no contexto da sala de aula regular (GARCIA; ROCHA 2018, p.4).

A princípio, de acordo com esses autores Garcia e Rocha a sala de recursos, surgiu com a intenção apenas para reduzir a distância entre o ensino regular normal, que não recebiam os alunos que obtinham necessidade de imediato. Mais hoje a sala de recursos é um espaço, onde as crianças especiais aprendem a se desenvolver melhor com materiais e práticas pedagógicas inovadoras a vencer suas limitações e também aprendem a se relacionar com outras pessoas, sabendo do seu potencial e se sentido motivado, sabendo dessa importância de seu benefício que em toda escola de ensino regular é obrigatório a necessidade de uma sala de recursos.

As salas de recursos multifuncionais cumprem o propósito da organização de espaços, na própria escola comum, dotados de equipamentos, recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos que auxiliam na promoção da escolarização, eliminando barreiras que impedem a plena participação dos alunos, público-alvo da educação especial, com autonomia e independência, no ambiente educacional e social (MEC, 2010, p.6).

Nesta expectativa que o MEC, vem esclarecer que a sala de recursos ao trazer materiais pedagógicos, equipamentos e profissionais qualificados na ajuda da evolução das crianças e jovens com necessidades especiais, vem trazer a participação deles na sala de aula comum para que se sintam incluídos. E com toda ajuda e benefício que adquirem na sala de recursos consegue ter sua própria independência e autonomia para viver como todos os outros cidadãos, sabendo de seu papel dentro da sociedade sendo crítico e reflexivo no meio social.

Por isso que a sala de recursos é um espaço dedicado ao desenvolvimento das crianças especiais e não lugar que vai ser reforçado os conteúdos programáticos de recuperação e reforço, mais sim um espaço onde garanta e elimine as barreiras por meio dos recursos pedagógicos e de acessibilidade, garantindo condições do alunado com necessidade especial o acesso ao currículo.

Garcia e Rocha (2018, p.6) reforça ao dizer:

No entanto, não deve ser confundido a sala de recurso multifuncional com reforço escolar, o atendimento educacional especializado que realizado é de natureza pedagógica, mas deve se constituir com um conjunto de procedimentos específicos mediadores e auxiliares do processo de apropriação do conhecimento e não a repetição de conteúdos programáticos, desenvolvidos em sala de aula regular.

Na sala de recursos serão utilizados métodos inovadores que irão auxiliar os especiais a vencerem suas limitações, em busca de sua liberdade e autonomia. Pois como todos os cidadãos tem o pleno direito ao gozo da vida, tendo liberdade de expressão, lazer, cultura, igualdade em seus direitos sociais como todos os outros cidadãos e que, por fim venham permitir autonomia para trabalhar, e assim conquistar maiores independências.

Segunda a Política Nacional de Saúde da Pessoa com necessidade especial, (2010, p. 8) clareia a definição da promoção da qualidade de vida no primeiro inciso em suas diretrizes, onde diz:

1. PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA – é uma diretriz que deve ser compreendida como responsabilidade social compartilhada, visando assegurar a igualdade de oportunidades, a construção de ambientes acessíveis e a ampla inclusão

sociocultural. As cidades, as escolas, os ambientes públicos, coletivos e de lazer, os serviços de saúde, os meios de transporte, as formas de comunicação e informação devem ser pensadas de modo a facilitar a convivência, o livre trânsito e a participação de todos os cidadãos em iguais condições de direitos, nos vários aspectos da vida diária das comunidades.

Essa diretriz vem esclarecer que todos os indivíduos com necessidades ou não, que fazem parte da sociedade tem iguais direitos no compartilhamento e responsabilidade dos patrimônios, sejam culturais, intelectuais e físicos. Assim em nossos dias de hoje foram criadas várias legislações, para que os especiais fossem amparados para que viessem a ter uma melhora de qualidade de vida de forma igualitária nas diversas atribuições como educação, a família, a liberdade a saúde e ao emprego.

Pensando nessas atribuições e de oferecer uma melhora cada vez mais aos portadores de deficiência que no artigo 23 da Presidência da República Secretaria Especial dos Direitos Humanos (2007, p. 27 - 28.) vem respaldado em lei o direito ao respeito pelo lar e família aos especiais.

1. Os Estados Partes tomarão medidas efetivas e apropriadas para eliminar a discriminação contra pessoas com deficiência, em todos os aspectos relativos a casamento, família, paternidade e relacionamentos, em igualdade de condições com as demais pessoas, de modo a assegurar que:
  - a. Seja reconhecido o direito das pessoas com deficiência, em idade de contrair matrimônio, de casar-se e estabelecer família, com base no livre e pleno consentimento dos pretendentes;
  - b. Sejam reconhecidos os direitos das pessoas com deficiência de decidir livre e responsabilmente sobre o número de filhos e o espaçamento entre esses filhos e de ter acesso a informações adequadas à idade e a educação em matéria de reprodução e de planejamento familiar, bem como os meios necessários para exercer esses direitos.
  - c. As pessoas com deficiência, inclusive crianças, conservem sua fertilidade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Neste artigo 23, inciso de A à C vem assegurando o direito das pessoas com necessidades especiais de desfrutar da felicidade de se casar e construir família. E tendo esse direito em formar família também tem o pleno consentimento de decidir de quantos filhos pretendem ter, dependendo do casal, e assim as informações e orientações adequadas para a geração de seus filhos.

Ainda nesse inciso diz que as crianças com necessidades tem direito em manter em excelência qualidade sua fertilidade de sua genética, para a sua produção sexual futura para geração de seus filhos, sendo assim essas crianças preparadas para estudar na instituição,

qualquer que ela venha escolher para seu desenvolvimento educacional na qual ela tem o pleno direito.

Na mesma cartilha da Presidência da República Secretaria Especial dos Direitos Humanos (2007, p. 28 - 29) em seu artigo 24, sobre a Educação;

1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, com os seguintes objetivos:
2. Para a realização desse direito, os Estados Partes assegurarão que:
  - a. As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino primário gratuito e compulsório ou do ensino secundário, sob alegação de deficiência;
  - b. Tornando disponível o aprendizado da língua de sinais e promoção da identidade lingüística da comunidade surda;
  - c. Garantindo que a educação de pessoas, em particular crianças cegas, surdo cegas e surdas, seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social.
4. A fim de contribuir para o exercício desse direito, os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para empregar professores, inclusive professores com deficiência, habilitados para o ensino da língua de sinais e/ou do Braille, e para capacitar profissionais e equipes atuantes em todos os níveis de ensino. Essa capacitação incorporará a conscientização da deficiência e a utilização de modos, meios e formatos apropriados de comunicação aumentativa e alternativa, e técnicas e materiais pedagógicos, como apoios para pessoas com deficiência.
5. Os Estados Partes assegurarão que as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino superior em geral, treinamento profissional de acordo com sua vocação, educação para adultos e formação continuada, sem discriminação e em igualdade de condições. Para tanto, os Estados Partes assegurarão a provisão de adaptações razoáveis para pessoas com deficiência.

O artigo 24 traz o esclarecimento em que a pessoa com necessidade especial em seu primeiro inciso possa gozar de seu direito a educação, para que esse direito seja reconhecido no Brasil as escolas assegurarão um ensino inclusivo, não havendo preconceito e discriminação. Pensando no ensino contínuo das crianças que no inciso dois, traz o reconhecimento, a qual as crianças com deficiência na instituição de ensino que escolher, possa lhe oferecer um ensino de qualidade voltado para suas necessidades tendo o braille em sua aprendizagem e língua de sinais.

Neste contexto que no inciso 4 diz que os estados providenciarão professores formados na educação especial e principalmente os professores que possuem alguns discentes com necessidades, mais que são formados e capacitados de oferecer um ensino de melhor qualidade e que possam dar exemplos, incentivando e motivando os alunos com necessidades especiais para

sua formação. Assim no inciso 5, esses alunos com deficiências tem direito em escolher e dar continuidade em sua formação a nível superior, quando adultos, em escolher o curso que se sentir habilitado em fazer sem que aja discriminação, e na instituição com o nível superior oferecer todo amparo físico e adaptativo para melhoria de sua aprendizagem, inclusive de seus direitos humanos reconhecidos tanto na teoria como na prática e esse cidadão dispendo de plena saúde.

Por isso que o artigo 25 na mesma cartilha traz conhecimento sobre o direito a saúde, Presidência da República Secretaria Especial dos Direitos Humanos (2007, p.29 - 30), quando diz:

Os Estados Partes reconhecem que as pessoas com deficiência têm o direito de gozar o melhor estado de saúde possível, sem discriminação baseada na deficiência. Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso a serviços de saúde, incluindo os serviços de reabilitação, que levarão em conta as especificidades de gênero. Em especial, os Estados Partes:

- a. Oferecerão às pessoas com deficiência programas e atenção à saúde gratuitos ou a custos acessíveis da mesma qualidade, variedade e padrão que são oferecidos às demais pessoas, inclusive na área de saúde sexual e reprodutiva e de programas de saúde pública destinados à população em geral;
- b. Propiciarão serviços de saúde que as pessoas com deficiência necessitam especificamente por causa de sua deficiência, inclusive diagnóstico e intervenção precoces, bem como serviços projetados para reduzir ao máximo e prevenir deficiências adicionais, inclusive entre crianças e idosos;
- c. Propiciarão esses serviços de saúde às pessoas com deficiência, o mais próximo possível de suas comunidades, inclusive na zona rural;
- d. Prevenirão que se negue, de maneira discriminatória, os serviços de saúde ou de atenção à saúde ou a administração de alimentos sólidos ou líquidos por motivo de deficiência.

Este artigo 25 vem esclarecer que as pessoas que contém necessidades especiais seja física, visual ou outra, tem o total direito em desfrutar de uma saúde de qualidade, e que os setores públicos como os postos de saúde tem obrigação de oferecer serviços de saúde que vão lhe ajudar a melhorar, seja em consultas médicas que possam lhe oferecer terapia, reabilitação que venham ajuda em seus estados de saúde. Desta maneira as atribuições deste artigo trazem, que todos os serviços de saúde deverão ser gratuitos aos deficientes e cada projeto na aérea de saúde serão oferecidos de igual maneira para todos sem exclusão, a começar pelos diagnósticos de seus problemas e o acontecimento do tratamento tanto nas cidades como nas zonas rurais oferecendo esses serviços. E que estes serviços de saúde de maneira alguma podem se negar nenhum tipo de serviços por causa de toda e qualquer necessidade existente. Visto que através de

uma saúde plena que o especial vai poder desfrutar da oportunidade e autonomia de estar disposto a trabalhar.

Assim também a mesma cartilha vem, trazendo o direito das pessoas com necessidades especiais a trabalhar em seu artigo 27, Presidência da República Secretaria Especial dos Direitos Humanos (2007, p. 31 - 32):

1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência ao trabalho, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Este direito abrange o direito à oportunidade de se manter com um trabalho de sua livre escolha ou aceitação no mercado laboral, em ambiente de trabalho que seja aberto, inclusivo e acessível a pessoas com deficiência. Os Estados Partes salvaguardarão e promoverão a realização do direito ao trabalho, inclusive daqueles que tiverem adquirido uma deficiência no emprego, adotando medidas apropriadas, incluídas na legislação, com o fim de, entre outros:
  - a. Proibir a discriminação baseada na deficiência com respeito a todas as questões relacionadas com as formas de emprego, inclusive condições de recrutamento, contratação e admissão, permanência no emprego, ascensão profissional e condições seguras e salubres de trabalho;
  - b. Proteger os direitos das pessoas com deficiência, em condições de igualdade com as demais pessoas, às condições justas e favoráveis de trabalho, incluindo iguais oportunidades e igual remuneração por trabalho de igual valor, condições seguras e salubres de trabalho, além de reparação de injustiças e proteção contra o assédio no trabalho;
  - c. Assegurar que as pessoas com deficiência possam exercer seus direitos trabalhistas e sindicais, em condições de igualdade com as demais pessoas;
  - d. Possibilitar às pessoas com deficiência o acesso efetivo a programas de orientação técnica e profissional e a serviços de colocação no trabalho e de treinamento profissional e continuado;
  - e. Promover oportunidades de emprego e ascensão profissional para pessoas com deficiência no mercado de trabalho, bem como assistência na procura, obtenção e manutenção do emprego e no retorno ao emprego;
  - g. Empregar pessoas com deficiência no setor público;
  - h. Promover o emprego de pessoas com deficiência no setor privado, mediante políticas e medidas apropriadas, que poderão incluir programas de ação afirmativa, incentivos e outras medidas;
  - i. Assegurar que adaptações razoáveis sejam feitas para pessoas com deficiência no local de trabalho;
  - j. Promover a aquisição de experiência de trabalho por pessoas com deficiência no mercado aberto de trabalho.
  - k. Promover reabilitação profissional, manutenção do emprego e programas de retorno ao trabalho para pessoas com deficiência.
2. Os Estados Partes assegurarão que as pessoas com deficiência não serão mantidas em escravidão ou servidão e que serão protegidas, em igualdade de condições com as demais pessoas, contra o trabalho forçado ou compulsório.

O artigo 27 respalda que o estado tem obrigação de garantir a pessoa com necessidade especial a oportunidade de emprego de igual maneira como oferece para as demais, onde ela possa ter o livre arbítrio de escolher o setor de trabalho que desejar. Assim toda empresa

trabalhista tem o direito e o dever de promover e adaptar o ambiente de trabalho de forma inclusiva de acordo com a deficiência de seu empregado.

Neste contexto que suas atribuições reforçam esses direitos ao emprego da pessoa com deficiência, na questão da discriminação e preconceito na contratação do empregado que possui necessidade, a igualdade de remunerações nos setores trabalhistas, o oferecimento de ambiente seguro que não ofereça risco algum para com esses cidadãos. Outras atribuições é oferecer aos trabalhadores especiais seus direitos trabalhistas em igualdade aos demais, a empresa deve oferecer cursos de capacitação no setor de trabalho, tendo a oportunidade de melhora de cargo dentro de uma empresa, empregar pessoas com necessidades especiais tanto no setor público como no privado incentivado para outras empresas da oportunidade aos demais.

Seguindo as atribuições ao direito ao trabalho da pessoa com limitação, a empresa tem obrigação de oferecer oportunidade dentro da lei sobre a experiência, também outra atribuição se caso a pessoa com deficiência sofrer algum acidente dentro ou fora do trabalho a empresa tem obrigação de promover formas adaptativa para a sua mobilidade. Assim no inciso dois muito importante não pode haver na empresa trabalho demais que possa levar a escravidão dos necessitados, assim como as demais pessoas.

Para facilitar no tratamento das pessoas com necessidades especiais na questão da melhoria de vida dos espaços sociais públicos o decreto 5.296/04 vem respalda os direitos das pessoas com deficiências. O Decreto 5.296/04, em seu Artigo 8º considera,

Acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

Barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação;

Barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso (BRASIL, 2004, apud MELO; PUPO, 2010, p. 9)

De acordo com esse decreto 5.296/04 em seu artigo 8º as pessoas com necessidades têm o livre arbitro de facilitar seu acesso em qualquer que seja da utilização dos espaços urbanos como qualquer pessoa dita normal.

#### 1.4 Recursos adaptados para o atendimento e promoção da inclusão social e escolar

Com algumas políticas públicas e ajuda dos avanços tecnológicos, voltadas aos deficientes visuais, surdos, físicos e outros, que as crianças e jovens tem recursos adaptados para melhoria de qualidade de vida dentro do meio social, e escolar. No social são várias adaptações que foram realizadas para melhor, facilitar a vida dos especiais como placas de sinalizações, ruas com aeras e corrimão adaptados aos necessitados, bengalas para facilitar a locomoção do especial visual, cadeiras de rodas, andador para que viesse a ter acesso nos vários lugares.

Um exemplo de recurso adaptado para o deficiente com cegueira acessar as ruas e outros locais públicos e privados são bengala longa. De acordo com Giacomini et. al. (2010, p. 11);

Bengala longa em ambiente e diagonal interno: a bengala longa dá ao usuário maior independência nos seus deslocamentos, desde que tenha adquirido habilidades, tais como:

- Conhecimento e manipulação de bengala;
- Empunhada correta;
- Saber andar com bengala e o guia vidente;
- Varredura;
- O uso correto para facilitar a passagemem portas;
- Técnica do toque;
- Técnica para o deslize;
- Rastreamento do espaço.

Assim a bengala e cão-guia são recursos adaptado para o necessitado com cegueira que possa se locomover não tendo que se limitar de sua liberdade de ir e vir nos locais sociais.

Já no meio escolar, as sinalizações de placas nos corredores no banheiro, corrimão, bibliotecas com espaços adequando, computadores, mesas com prancha etc. E muito mais para facilitar o ensino dos alunos. Para Sartoretto e Bersch (2010, p. 8);

A escola que acolhe e tira partido das diferenças busca construir coletivamente uma pedagogia que parte das diferenças dos seus alunos como impulsionadoras de novas formas de organizar o ensino.

Atendendo a essas diferenças, os recursos pedagógicos e de acessibilidade colaboram para que pessoas com deficiência participem ativamente do processo escolar.

Os recursos podem ser considerados ajudas, apoio e também meios utilizados para alcançar um determinado objetivo; são ações, práticas educacionais ou material didático projetados para propiciar a participação autônoma do aluno com deficiência no seu percurso escolar. Quando nos referimos aos recursos de acessibilidade na escola, estamos falando em Tecnologia Assistiva (TA) aplicada à educação, sob a forma de Atendimento Educacional Especializado (AEE).



Os recursos pedagógicos são muito importantes para ajudar no processo de aprendizagem dos alunos especiais, pois através deles que as crianças vão ter autonomia em realizar as atividades, e se desenvolverem na aprendizagem, assim são vários recursos e um deles tem grande relevância é o computador que é a parti dele e ajuda da internet, que vão criando outros recursos. Sartoretto e Bersch (2010 p.34) afirmam que;

COMPUTADOR Através de software específico de comunicação alternativa é possível construir pranchas de comunicação personalizadas e interligadas entre si que podem ser utilizadas no próprio computador (que terá a função de um vocalizador) ou em vocalizadores específicos que utilizam esses programas. O usuário acessa a mensagem que deseja comunicar e esta é falada por voz sintetizada ou gravada. O sistema garante acesso rápido a um número indeterminado de mensagens e apresenta opções variadas de acessibilidade.

A partir do anterior, com anterior entende-se que é possível, compreender, que o computador é uma ferramenta na escola especificamente, dentro de sala de aula pode ajudar a construir várias outras ferramentas pedagógicas para facilitar aprendizagem dos especiais desde o acesso a informações como as adaptações dos alunos para ter acesso.

Mais existem vários recursos pedagógicos adaptados para facilitar o ensino dos alunos especiais como por exemplo, que o profissional na educação especial pode fazer são cadernos de receitas, cadernos de comunicação, organização de símbolos nas pranchas, adaptações de mouses especiais de computadores para que aluno ganhe coordenação motora, sistemas de calendários para que o aluno tenha comunicação do mundo, formas de comunicação dinâmicas, comunicação estática aos deficientes com cegueira e entre outros. Para Melo e Pupo (2010, p. 10)

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) favorecem a produção de livros digitais em texto. Esses livros são cópias do conteúdo de qualquer livro para um arquivo de computador que possa ser reconhecido por algum editor de texto. A leitura é feita por meio de leitores de tela, que têm a propriedade de ler o conteúdo do arquivo. Livros digitais possibilitam, através de programas próprios, ampliar a fonte em que o livro é editado. Permitem ao leitor soletrar as palavras ou as frases que quiser e consultar um dicionário enquanto lê, para conferir seus significados. Alguns livros digitais são comercializados e adquiridos pela Internet, com baixo custo de logística; ou, através de compra em livreria convencional, em suporte digital. Outros podem ser acessados em bibliotecas digitais, desde que liberados, ou pelo autor, ou por serem de domínio público: nesse caso, não há problemas quanto a direitos autorais.

Com os livros digitais as pessoas com necessidades especiais, podem ter acesso a várias informações que vão lhe ajudar para seu crescimento intelectual, sendo um recurso de melhor

qualidade para facilitar a aprendizagem. Assim existindo vários tipos de livros para os alunos especiais como daisy, livros em língua brasileira de sinais libras, livros impressos em braille etc. Dessa forma a uma gama de recursos adaptados para facilitar aprendizagem dos alunos especiais, mas só vai ajudar se esses alunos estiverem a acesso a toda as informações necessárias para seu desenvolvimento.

Para Sartoretto e Bersch (2010, p.52) “Os recursos de CAA e os demais recursos pedagógicos de acessibilidade serão eficientes se permitirem que a participação do aluno seu acesso à comunicação seja garantido, de modo que possa atuar em todas as atividades escolares, sem nenhum tipo de restrição”.

Nas bibliotecas escolares, por exemplo devem facilitar o máximo possível de acesso dos alunos especiais permitirem sua locomoção para que estes possam acessar e está por dentro das informações, pesquisando para seu crescimento intelectual. Segundo Melo e Pupo (2010, p. 14):

As bibliotecas escolares devem disponibilizar recursos materiais e recursos de Tecnologia Assistiva que viabilizem o acesso ao conhecimento, tais como: recursos ópticos para ampliação de imagens (lupas eletrônicas, programa de ampliação de tela, circuito fechado de TV); sistema de leitura de tela, com sintetizador de voz e display Braille; computadores com teclado virtual, mouse adaptado e outros recursos de Tecnologia Assistiva da informática; máquinas de escrever em Braille à disposição dos alunos; gravadores de fita, computador com software específico, scanners, impressoras em Braille; aparelhos de TV, com dispositivos receptores de legenda oculta e audiodescrição, e tela com dimensão proporcional ao ambiente, de modo a permitir a identificação dos sinais, sejam das personagens, do narrador ou do intérprete de LIBRAS, nas aulas coletivas; aparelhos de vídeos, CD e DVD.

Em muitas cidades no Brasil, como no interior do Amazonas especificamente em Benjamin Constant ainda falta bastante políticas públicas voltadas para os deficientes tanto nos seus direitos educacionais como nos recursos adaptados no meio social e escolar.

Por tanto em muitos lugares como no Brasil, é preciso mais políticas públicas voltada para educação que possam visualizar e reivindicar, trazendo mais recursos nas escolas públicas beneficiando os alunos com necessidades especiais tanto na questão das estruturas físicas como para a providência dos recursos.

Neste contexto ainda falta ser reconhecidos na prática os direitos das crianças e jovens com necessidades especiais para que haja uma transformação na sociedade e no campo educacional. Nessa questão, os pais dos alunos especiais precisam também ter o conhecimento das leis que aparam seus filhos, para buscarem e lutarem pelos os direitos de seus filhos.

## CAPÍTULO II-METODOLOGIA

Este capítulo apresenta a metodologia utilizada durante o trabalho de investigação. Dessa forma aqui é descrita a abordagem, as técnicas e instrumentos, e a caracterização do local onde foi desenvolvida a pesquisa.

### 2.1 Abordagem

A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, onde buscou-se compreender como acontece o processo de inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais na Escola Estadual Professora Rosa Cruz, observando e vivenciando as particularidades do ambiente e das pessoas que dele participam, pois

É comum que as pessoas suponham que a pesquisa qualitativa é marcada por uma rica descrição de ações pessoais e ambientes complexos, e ela é, mas a abordagem qualitativa é igualmente conhecida, [...] pela integridade de seu pensamento. Não existe uma única forma de pensamento qualitativo, mas uma enorme coleção de formas: ele é interpretativo, baseado em experiências, situacional e humanístico. Cada pesquisador fará isso de maneira diferente, mas quase todos trabalharão muito na interpretação. Eles tentarão transformar parte da história em termos de experiências. Eles mostrarão a complexidade do histórico e tratarão os indivíduos como únicos, mesmo que de modos parecidos com outros indivíduos (STAKE, 2011, p. 41)

Assim, procuramos fazer um diagnóstico da realidade enfrentada pelos alunos com necessidades educacionais especiais e das condições da estrutura física da escola envolvendo a acessibilidade oferecida bem como, os materiais disponíveis e métodos de trabalho pedagógicos dos professores da forma mais fiel possível. Para Goldenberg (2007, p. 53), “os dados qualitativos constituem em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos”.

O trabalho investigativo foi realizado por meio da pesquisa bibliográfica e de campo para que pudéssemos ter base teórica e empírica para dissertar sobre a problemática.

Na pesquisa bibliográfica utilizamos informações contidas em livros e artigos publicados para embasar e contextualizar o tema abordado, procurando por palavras-chaves como: inclusão social, inclusão escolar de alunos com necessidades, educação especial entre outras. Em relação a esse tipo de pesquisa Fonseca (2002, p. 32), confirma que “é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros,

artigos científicos, páginas de web sites”. Assim, seguimos essa linha de pensamento para dar mais credibilidade ao trabalho.

A pesquisa de campo foi necessária para que pudéssemos ter uma maior proximidade com o ambiente escolar e os indivíduos participantes da pesquisa que foram observados a fim de colher as informações para este trabalho. De acordo com Fonseca (2010, p. 70), “a pesquisa de campo baseia-se na observação dos fatos tal como ocorrem na realidade. O pesquisador efetua a coleta de dados diretamente no local da ocorrência dos fenômenos [...] não há manipulação do fenômeno observado. O pesquisador não interfere nos fatos”.

## **2.2 Técnicas e instrumentos de coleta de dados**

Para coletar os dados da investigação fizemos uso de técnicas que permitam reunir as informações a partir de um conjunto de normas a serem seguidas. Desta maneira, para a pesquisa bibliográfica foi feito o levantamento de textos científicos sobre a temática estudada, leitura e seleção das partes de identificação com o fenômeno pesquisado para posteriores análises.

Na pesquisa de campo, fez-se uso das técnicas de observação e aplicação de questionários para coletar os dados. A observação da instituição e dos sujeitos de estudo nos permitiu ter uma visão mais ampla da realidade estudada, pois essa técnica possibilita ver, ouvir e analisar o fenômeno estudado. Segundo Lüdke e André (1986, p. 25), “a observação precisa ser antes de tudo controlada e sistemática. Isso implica a existência de um planejamento cuidadoso do trabalho e uma preparação rigorosa do observador”. Essa técnica serve “para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade” (MARCONI; LAKATOS, 2013, p.76).

Desta forma, os sujeitos da presente pesquisa são os alunos com necessidades educativas especiais e os professores que trabalham diretamente no processo de ensino-aprendizagem na referida escola.

Afim de coletar informações sobre os processos de ensino-aprendizagem dentro da sala de aula foram aplicados dois questionários com dezessete questões cada um e contendo perguntas abertas e fechadas. O primeiro questionário foi destinado aos professores das turmas regulares que recebem alunos especiais e o segundo destinou-se aos professores que trabalhavam diretamente com o público da educação especial na sala de recurso, um total de onze professores responderam

ao questionário. Os questionários tiveram a finalidade de compreender as diferentes situações envolvendo as práticas educativas ali desenvolvidas. Marconi e Lakatos (2019, p. 219) afirmam que o,

Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante pelo correio ou por um portador (hoje se pode fazer por e-mail); depois de preenchido, o pesquisado devolve-o da mesma forma que recebeu (se for usado e-mail, maiores chances de retorno, sobretudo pela praticidade).

Portanto, os professores receberam os questionários, responderam sem a interferência da pesquisadora e devolveram conforme a disponibilidade de cada um.

### 2.3 Caracterização do local da pesquisa

A pesquisa foi realizada na Escola Estadual Professora Rosa Cruz localizada na Avenida Castelo Branco, N° 513, no Centro do Município de Benjamin Constant – AM, que atende alunos com necessidades especiais em salas de aula regulares e sala de recursos multifuncional. Abaixo podemos ver a frente da escola.

**Foto 1 e 2: Frente da escola.**



Fonte: SABINO, 2022.

Essa escola foi fundada na gestão do Governo Estadual de Gilberto Mestrinho Medeiros Raposa, por meio do Decreto N° 14.799 em 20/07/1992. Na ocasião o atual Governo do Estado do Amazonas usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 54, item VIII da Constituição Estadual e considerando o que consta no Processo de N° 1935/92 - SEAD, determina a desativação do Centro Escolar “Madre Eulália”, no Município de Benjamin Constant

- AM e ativa em sua estrutura a criação e construção de uma Escola da Rede Estadual de Ensino Educacional. O prédio em alvenaria comporta oito salas de aulas e demais dependências administrativas. Dentre estas, uma Quadra Poliesportiva (coberta); um refeitório, que serve também para o desenvolvimento de atividades lúdicas e pedagógicas, quando da realização dos projetos; TV Escola; biblioteca e uma cozinha, quatro banheiros masculinos e quatro banheiros femininos, uma sala pedagógica, uma sala de recursos, uma sala de professores, uma secretária, uma sala de gestão e etc.

A partir de 1998, o sistema estadual de ensino passou por algumas mudanças na estrutura do ensino e nas normas organizacionais, o que atendia aos requisitos da Lei 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esta determinou que a responsabilidade de oferecer a Educação Infantil fosse responsabilidade prioritariamente do sistema municipal de ensino e o sistema estadual se responsabilizaria em oferecer o ensino fundamental com prioridade no Ensino Médio. Desta forma a partir de 1998, a Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas (SEDUC) determinou que a escola oferecesse a 1ª série do Ensino Fundamental e deixasse de atender o Jardim I. Em 1999, a escola passou a oferecer a 2ª série e deixou de atender o Jardim II. Em 2000 ofereceu a 3ª série e deixou de atender a alfabetização. Em 2001, passou a oferecer o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série. E em 2005 passou a oferecer o Ciclo Básico do Ensino Fundamental (CIBEF).

A Escola Estadual Professora Rosa Cruz atende à demanda do bairro em que está localizada e de áreas adjacentes. Apresenta, portanto, uma grande diversidade de alunos que na sua maioria são filhos de agricultores, pescadores, autônomos e funcionários públicos. Atualmente atende um total de 515 alunos matriculados, sendo 248 no turno matutino, 325 no vespertino e 12 no noturno. A instituição trabalha com alunos dos anos iniciais do ensino fundamental e alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no ensino médio com mediação tecnológica- 1ª fase.

Na escola existe um total de quarenta e sete profissionais entre eles: uma gestora, um pedagogo, trinta e um são professores que atuam nas salas de aula, quatro vigias (um diurno e três noturno), cinco merendeiros (duas no turno matutino, dois no turno vespertino e um no turno Noturno), um secretário, um auxiliar administrativo no turno vespertino, dois serviços gerais e uma funcionária terceirizada. A atual gestora da instituição é a professora Josélia Silva de Souza, que assumiu o cargo no 01 de maio de 2017.

## CAPÍTULO III – ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesse capítulo abordaremos os resultados da pesquisa desenvolvida na Escola Estadual Professora Rosa Cruz com professores e alunos com necessidade especiais, onde constatamos a existência da sala de recurso com materiais didáticos utilizados pelos professores tanto na sala de aula comum como na sala de recursos. E discorreremos sobre as dificuldades enfrentadas pelos professores na sua práxis com os alunos com necessidades especiais.

### 3.1 Características e desenvolvimento dos alunos com dificuldades educativas especiais

Durante as observações na Escola Estadual Professora Rosa Cruz identificamos nove alunos com necessidades especiais. Dentre as necessidades especiais identificadas temos: um aluno com altas habilidades, sete alunos com autismos infantil e um aluno com necessidade intelectual.

Para fins de preservar a integridade dos alunos, iremos identificá-los usando as letras do alfabeto conforme o quadro abaixo:

**Quadro 1:** Alunos com necessidades especiais matriculados na Esc. Est. Prof<sup>ª</sup>. Rosa Cruz.

Aluno	Data	Tipo de Necessidade	Ensino	Turno	Fase	Turma
Aluno A	02/12/2015	Altas habilidades	Fund 1º ciclo	Matutino	1º ano	02
Aluno B	31/10/2015	Autismo infantil	Fund 1º ciclo	Matutino	1º ano	01
Aluno C	21/07/2013	Autismo infantil	Fund 1º ciclo	Matutino	3º ano	01
Aluno D	31/07/2014	Autismo infantil	Fund 1º ciclo	Matutino	2º ano	02
Aluno E	11/12/2013	Autismo infantil	Fund 1º ciclo	Matutino	2º ano	03
Aluno F	18/03/2016	Autismo infantil	Fund 1º ciclo	Vespertino	1º ano	01
Aluna G	25/08/2011	Autismo infantil	Fund 2º ciclo	Vespertino	5º ano	01
Aluna H	01/09/2011	Autismo infantil	Fund 2º ciclo	Vespertino	5º ano	04
Aluno I	16/08/2012	Defic. Intelectual	Fund 2º ciclo	Vespertino	4º ano	0

Fonte: Secretária da escola, 2022

No turno matutino estudam cinco alunos com necessidades especiais e no período vespertino apenas quatro educandos.

O aluno A, que tem altas habilidades, é considerado superdotado e cursa o 1º ano do ensino fundamental na turma 2. Este educando, se comunicava bem com seus colegas e com as professoras, mantinha uma ótima interação na classe, gostava de desenhar e conversar sobre os desenhos animados que assistia em casa, os jogos virtuais que jogava, brincava bastante com seus colegas. Amava fazer tarefas de colagem e pintura, nessa atividade percebeu-se um maior grau de concentração do mesmo, fazia tudo com esforço e dedicação. Muitas vezes se recusava a fazer outras atividades solicitadas pela professora como: escrever no caderno e responder as atividades.

Na sala de aula regular, a professora não dispunha de um auxiliar para ajudá-la no acompanhamento do aluno A, ele não conseguia acompanhar os conteúdos passados para a turma, não realizava as tarefas, raramente escrevia ou respondia os exercícios que lhe exigia escrever, não reconhecia todas as letras do alfabeto, também não tinha uma coordenação motora madura.

Quando os alunos saíam para merendar, o aluno A se mostrava bem ativo e não se sentia intimidado ao comer na frente de seus colegas, lanchava bem e tinha autonomia para suprir suas necessidades.

A estratégia dos professores com este educando era de levar atividades impressas para fazer recorte e colagem levando ele a participar ativamente das aulas. De acordo com Pinheiro e Teixeira (2010, p.16), o recorte e colagem incentiva o aluno “a construir e a elaborar o espaço, desenvolvendo coordenação motora fina”, e propicia que o mesmo faça movimentos corporais que lhe permite ter “maior consciência desses movimentos”. Com tais intensões, a professora de língua portuguesa passava as atividades de recorte e colagem com maior frequência ao aluno.

Dessa forma, ia estimulando o discente aos poucos a criar confiança em si mesmo e a se sentir incluindo dentro da sala de aula, amadurecendo sua coordenação aos poucos para acompanhar a turma nos conteúdos trabalhados.

O aluno B, estava no 1º ano do ensino fundamental, no período matutino e por ter autismo infantil não conseguia acompanhar os assuntos e atividades repassados em sala de aula com os outros discentes. Segundo Schwartzman (1994, p. 7) apud Trevisan e Carregari (2011, p. 222), “o autismo infantil (AI) é uma síndrome definida por alterações presentes desde de idades muito precoce e que se caracteriza, sempre, pela presença de desvios nas relações interpessoais, linguagem/comunicação, jogos e comportamento”.



Na escola, os alunos B, C, D, E, F, G e H são diagnosticados com autismo infantil, a quantidade de alunos especiais na sala de aula, mais os alunos ditos normais, exigiram que o professor tivesse um outro profissional na sala para auxiliar esses discentes, que sozinho era impossível atender as dificuldades de ensino-aprendizagem de todos, principalmente, porque os especiais exigem um pouco mais de atenção para o desenvolvimento de suas habilidades. Esses alunos tinham impedimentos de se comunicar e isso inúmeras vezes impedia a assimilação dos conteúdos.

O aluno B é muito agitado, sem limites, não consegue ficar na sala de aula, abre a porta e sai da sala, fica passeando nos corredores, gosta de estar na sala dos professores para brincar com alguns jogos de formas geométricas e com o ábaco que lá existem. Quando a professora ou acadêmica ensinavam e acompanhavam ele nas atividades, ele fazia direitinho. Este discente tem um grande potencial, é muito inteligente e aprende em seu tempo. Às vezes, ele consegue se concentrar por pouco tempo, e logo começa a brincar ou sai da sala de aula não obedecendo quando a docente lhe chama.

Como no início das aulas presenciais não tinha na sala de aula alguém que pudesse auxiliar a professora, ela deixava o aluno B sair da sala, porque precisava cuidar e ministrar aulas aos demais alunos. Porém, ele ficava na sala dos professores sob olhares atentos dos professores que ficavam na sala, com o passar do tempo ele retornava para a sala de aula. Souza et. al. (2015, p.05), justifica que “o professor regente da sala de aula não consegue sozinho atender a toda essa diversidade e precisa de técnicas e profissionais especialistas para ajudá-lo nesse desafio”.

Os professores que atuavam na sala de aula regular com educados com necessidades especiais, precisavam muito de um docente auxiliar, profissional formando na área da educação especial, que trabalha junto com o professor titular para lapidar o desenvolvimento do educando.

Para que a escola disponibilize esse profissional que auxilie os alunos na sala de aula, é necessário que os pais no ato da matrícula preencham uma ficha com o tipo de necessidade especial de seu filho, evidenciando com laudo a real necessidade de um profissional da vida escolar. Caso contrário, o processo burocrático para conseguir esse profissional, entre a escola e a SEDUC em Manaus, é muito demorado. Por esse motivo, somente as alunas E, G e H tinham esse profissional para lhes auxiliar, os demais alunos ainda estavam aguardando a finalização do processo para terem direito ao profissional.

Observamos que o aluno B sabe escrever bem pouco, mas sua aprendizagem está evoluindo, faz o reconhecimento das vogais e algumas consoantes. Escrevia as letras de forma maiúscula e estava adquirindo aos poucos a coordenação motora fina. Quando chegava a hora da merenda, ele lanchava normalmente socializando com os demais, tem autonomia para realizar suas necessidades básicas de higienização.

A professora de língua portuguesa sempre levava atividades impressas, no formato de desenhos trabalhando as letras, pinturas e colagem. A docente ouvia e conversava sobre os desenhos animados, esse método é usado pela professora para ter noção das capacidades intelectuais do mesmo, pois ele gostava bastante de fazer as tarefas. Outras vezes a professora deixava ele andar nos corredores aos cuidados dos vigilantes da escola. Essa situação ocorreu até a chegada do auxiliar da vida escolar do educando, tornando mais fácil o trabalho da professora titular da turma.

O aluno C, cursava o 3º ano do ensino fundamental, é inteligente e desenvolve-se muito bem. Reconhece algumas letras do alfabeto, consegue formar poucas palavras sozinho, ao escrever tem algumas dificuldades, não tem uma coordenação madura e tem bastante insegurança para escrever sozinho, sendo preciso a professora ou a estagiária pegar em sua mão para ajudá-lo.

Quando a professora pegava em sua mão, ele escrevia bem devagar e com letras de forma maiúsculas, ganhando segurança, se a professora largava sua mão ele não conseguia escrever. Suas pinturas eram todas rabiscadas sem direção certa.

Na sala de aula era muito tímido, evitava olhar o rosto da pessoa com quem conversava, ficava com a cabeça inclinada olhando para baixo o tempo todo. O aluno C não tinha facilidade de interagir com os outros alunos e só respondia o que a professora lhe perguntava. Ele fazia leituras, junção das sílabas, reconhecia e lia somente algumas letras e palavras.

Quando merendava não sentava junto aos colegas, preferia ficar em um canto isolado para se alimentar, fazia suas necessidades higiênicas, tinha autonomia, mais sempre acompanhado de um colega. Este aluno não tem um auxiliar escolar para lhe orientar individualmente, somente as professoras das disciplinas fazem seu acompanhamento levando atividades impressas, como: cartas de sílabas com desenhos para sua leitura visual e depois das sílabas, desenhos com letras pedindo as pinturas de cores variadas.

Como não conseguia copiar do quadro os conteúdos junto com a turma, sempre que podiam os outros alunos sentavam perto dele, com atividades que envolvia atenção, para ajudar a

cobrir e a escrever palavras, conseguia formar e dirigia a sua leitura. As professoras levavam atividades diferenciadas e impressas para trabalhar a coordenação motora cobrindo, colando e pintando.

Na observação do aluno D que cursava o 2º ano do ensino fundamental e possui autismo infantil, vimos que ele acompanhava os conteúdos e atividades de todas as disciplinas em sala de aula, realizava as atividades com facilidade, sabia ler e escrever bem. Este educando é muito inteligente e gosta bastante de desafios. Quando ficava descontrolado não conseguia fazer nada, porque se mostrava agitado, balbuciava muito, levantava várias vezes de sua carteira em direção a professora querendo atenção, andava e rodava na sala de aula. Se irritava com qualquer barulho, não conseguindo se concentrar, quando se concentrava era por pouco tempo.

O aluno D, sabia escrever somente em letras de forma maiúsculas, exigindo que os professores escrevessem da mesma maneira no quadro. O quadro foi dividido em duas partes: uma escrever os textos para ele e a outra aos demais alunos, para que ele pudesse acompanhar. Quando estava controlado, em paz e harmonia, realizava as atividades com eficácia, fazia leituras de sílabas, juntando as mesmas, palavras, frases, cálculos, desenhava de forma rápida e correta.

Este estudante interagiu um pouco mais com seus colegas em sala de aula, mais se seus colegas fizessem, algum barulho, gritando ou cantando, se sente incomodado e fecha os ouvidos com suas mãos. Para se alimentar tinha independência e sentava, lentamente, junto aos colegas na mesa do refeitório. O aluno dependia da professora ou da estagiária para fazer suas necessidades básicas e para se higienizar.

A tática das professoras é de desafiá-lo nas atividades, de dividir o quadro ao meio para escrever os trabalhos para ele e suas atividades eram impressas e de colagem.

**Foto 03 e 04:** Aluno D copiando do quadro e desenhando sua família.



Fonte: SABINO, 2022.

O aluno E, cursava o 2º do ensino fundamental, no período matutino e apresenta autismo infantil. Mesmo com limitações é um estudante muito inteligente, se percebendo uma perspicácia aguçada, responde todas as indagações inteligentemente, essa é umas de suas habilidades, outra identificada é a capacidade de escrever com ambas as mãos.

Tem dificuldades de concentração, em certos momentos quer fazer as atividades em outros reluta para não realizar os trabalhos. Apresenta boa coordenação motora fina, mas precisa fazer atividades que envolvam o cobrimento das letras do alfabeto e leitura. Quando quer aprender, se esforçava e pede ajuda para realizar as atividades.

Estava na fase de aprender a reconhecer as letras do alfabeto, não sabia ler nem escrever bem. Escrevia apenas com letras maiúsculas, não sabia escrever com letras cursiva, sua escrita ainda não respeita as margens e linhas do caderno, escreve aleatoriamente, uma hora em cima e outra em baixo sem harmonia no respeito das linhas.

Outra dificuldade do aluno E, é em aceitar as regras, as ordens que lhe são atribuídas, em certos momentos se nega a fazer os trabalhos. Para que ele copie o assunto do quadro, a professora precisa dividir o quadro em duas partes: em uma das partes, ela cópia com letra de forma maiúscula para ele e no outro lado com letra cursiva para os demais alunos. O aluno E exigia muita atenção da professora porque se levantava várias vezes e acabava por dificultar o trabalho da docente.

Havia dias em que o aluno E tinha desleixo com as tarefas e ficava alterado gritando, mas interagiu muito bem com seus colegas, conversava e dividia materiais durante as atividades.

Outras atividades propostas a ele eram: a pinturas de desenhos com tintas, atividades impressas para cobrir, atividades de pinturas com lápis de cor e colagem. Segundo Monte (2004, p. 18), “o professor passa a ser então um observador atento aos interesses da criança para fomentar tais situações-problema ou estimular seu interesse para situações típicas de seu momento de desenvolvimento que venham a despertar nela esse interesse”. Por isso, a professora passava atividades que potencializava as habilidades do aluno.

O aluno F está no 1º ano do ensino fundamental vespertino também tem autismo infantil. Este aluno era muito alterado, chorava e gritava praticamente a aula toda, sem limites se negava a fazer as atividades e saía da sala de aula para ficar andando nos corredores. Pedroso e Martins (2008, p.106) pontuam que,

para a criança especial, as regras ou limites serão fundamentais para seu crescimento. Essas orientações e noções de como agir em determinadas situações permitirá que a mesma possa organizar e ajustar seu comportamento. Ainda permitirá que seja capaz de controlar seus impulsos. Será, então, capaz de entender a situação, não ficando com a ideia de que seus caprichos devam ser atendidos.

Dessa maneira, no desenvolvimento deste aluno foram trabalhadas algumas regras de respeito, valores e disciplina para poder propor as atividades pedagógicas do cotidiano curricular da escola. Nesta questão dos limites e regras também foram praticadas com os alunos E e G.

O aluno F tinha repulsão na comunicação, mesmo porque seu idioma de origem é o espanhol, conseguia se concentrar por no máximo dez minutos. No refeitório não lanchava a merenda da escola e nem levava merenda de casa, muitas das vezes pedia merenda e não comia. A professora preocupada, pegava merenda mais de quatro vezes para ver se ele lanchava.

Os professores tinham imensa dificuldade de se comunicar com ele, pois era primeiro ano que ele estava estudando na escola e estava em fase de adaptação ao ambiente e com as pessoas. Sendo assim permanecia na sala de aula, mais não acompanhava nenhuma atividade, a porta da sala de aula tinha que está fechada todo o tempo, porque se não este aluno não, permanecia na sala de aula.

O aluno F falava pouco, mas ouvia e entendia tudo que os professores falavam, mas não acompanhava os mesmos conteúdos na sala de aula, não fazia atividades nenhuma, pois era preciso usar de outros métodos para promover sua participação. Assim a professora não sabia o que fazer para ajudá-lo, só ficava mais tranquilo quando o pai lhe medicava, e só assim a docente conseguia dar continuidade no seu trabalho com os demais alunos.

Os professores desenvolviam sua aprendizagem usando atividades impressas de cobrimento, colagem e pinturas com tinta guache. “Ao produzir sua própria escrita a criança manifesta intenção de ler e escrever e, assim vai construindo suas hipóteses mentais sobre a leitura e escrita” (MONTE, 2004, p.37). Assim as atividades de cobrimento ajudavam na sua escrita e coordenação motora fina e grossa.

**Foto 05 e 06:** Aluno F na sala de aula.



Fonte: SABINO, 2022.

A aluna G cursava o 5º ano do ensino fundamental no turno vespertino, não conseguia acompanhar os conteúdos e atividades ministrados pelos professores, precisando que sua auxiliar da vida escolar levasse atividade de colagem, cobrimento e de pinturas porque ela não tinha coordenação motora grossa. Dessa forma, acontecia sua inclusão com as demais crianças. Matias (2017), revela que a inclusão é um tema em voga na educação, pois tem sido desafiador para os professores trabalhar com os alunos com necessidades especiais.

Nesse sentido, a professora auxiliar precisava conversar bastante com a aluna, porque a mesma era difícil em aceitar ordens e obedecer as regras da instituição, não tendo limites. A sua docente auxiliar trabalhava bastante a questão da disciplina. O fato da aluna não ter uma certa independência, dificulta sua aprendizagem, as inúmeras faltas nas aulas, em particular, no período menstrual e quando estava alterada, afeta seu desenvolvimento tendo regredido por circunstância das ausências nesse período. A aluna esquecia o que havia visto e aprendido nos dias anteriores, frequentava a escolas de dois a três dias na semana.

Havia dias que a aluna G balbuciava bastante, ficava raivosa e não demonstrava interesse em estudar, mas a sua auxiliar já conhecia as suas manias e tinha paciência em esperar o momento certo para o fazer as tarefas. A aluna fazia atividades de caligrafia, cobrindo as vogais, as letras do alfabeto, os números e pintava os desenhos com tintas guaches e lápis de cor, além de fazer colagem de bolinhas de papel crepom e EVA coloridas.

**Foto 07:** Aluna G fazendo tarefas.



**Fonte:** SABINO, 2022.

A aluna H, possui autismo infantil e cursa o 5º do ensino fundamental, tem o acompanhamento de um professor auxiliar na escola. Faz todas suas atividades corretamente, conseguia acompanhar os conteúdos repassados na sala de aula, nas diferentes disciplinas, copiava bem do quadro, escrevia letra na forma cursiva e legível.

A única dificuldade da aluna H estava na disciplina de matemática, por exemplo, o professor explicava a soma de  $8+8=16$  e ao acabar de explicar, rapidamente a aluna esquecia, tendo que repetir várias vezes. Ao lanchar, fazia sua refeição do lado de todos os colegas, era calma, porém se agitada quando se sentia mau abalando sua saúde física e mental, nesses momentos sua auxiliar tinha que ligar para seus pais.

A estratégia de sua professora auxiliar era de levar tampas de garrafas pets, para ministrar aulas de matemática relacionando a quantidade de tampas a representação do número desejado. Os professores titulares trabalhavam com interpretação, colagem, desenhos usando sua criatividade interpretativa de seu ambiente familiar e social.

Em relação a disciplina de matemática Monte (2004, p. 37) explica que,

O objetivo dessa área de matemática é procurar desenvolver o raciocínio da criança propondo atividades em que ela seja levada com objetos concretos e, com base nessa interação, gradualmente vá construindo o seu conhecimento. Assim como a linguagem escrita, a matemática também está apoiada na teoria construtiva. Não se pretende apenas ensinar a criança, mas também oferecer estímulos e recursos para que ela, aos poucos, vá construindo seu conhecimento matemático, como qualquer outro tipo de conhecimento, se dá de dentro para fora.

Portanto, a professora auxiliar trabalhou os conteúdos de matemática com a contagem de garrafas pets, contagem de bombons, sementes de feijão para que a aluna H adquirisse confiança e assimilasse o conteúdo. A professora de língua portuguesa trabalhava a concentração do aluno

por meio da elaboração de atividades pedagógica de colagem, cobrir, leitura através de desenhos, aguçando sua criatividade, autoestima, conhecimento e incluindo o educando na sala de aula.

**Foto 08:** Aluna H desenhando.



**Fonte:** SABINO, 2022.

O aluno I cursava o 4º ano do ensino fundamental, vespertino e sua necessidade é de déficit intelectual. Este aluno era bastante agitado na sala de aula, muitas das vezes agressivo com seus colegas, que tinham medo dele por causa de sua agressividade.

Nas aulas o aluno I, todos os dias copiava textos e atividades do quadro, vagorosamente. Não respondia essas atividades sozinho tinha dificuldade em compreender. Não conseguia reconhecer as letras do alfabeto, sendo preciso mostrar letra por letra. Não reconhecia algumas famílias silábicas, e por isso mostrava dificuldade em reconhecer e fazer leituras e interpretação de textos.

Ao lanchar fazia sua refeição sozinho, bagunçava, corria, chamava muito palavrão, não respeitava seus colegas. Na sala de aula, os professores chamavam muita atenção para não importunar e nem bater nos colegas. Os professores passavam trabalhos interpretativo, atividades de desenho espontâneo e coletivo.

Durante as observações que ocorreram de 03 de março a 11 de maio de 2022, na Escola Professora Rosa Cruz, existiam somente nove alunos com deficiências, após esse período uma mãe levou o laudo de seu filho que comprovava que o mesmo é um aluno com necessidades especiais. As professoras e a gestora logo ficaram observando o comportamento do discente.

O aluno J tem déficit de atenção e cursa o 1º ano do ensino fundamental no turno matutino. Este estudante conseguiu se desenvolver na aprendizagem conforme sua série, pois reconhecia as letras do alfabeto, copiava letras cursivas do quadro devagar e com ajuda fazia as atividades direitinho, quando terminava de fazer as tarefas dava uma descontraída rápida.



Seu comportamento indisciplinado, era acentuado, porque estava todo tempo agitado, bagunçando, quando a professora falava com ele e não dava atenção. Sua dificuldade de aprendizagem era de manter o foco de atenção e concentração, além de interpretação nos exercícios diários na sala.

Assim o aluno J, tinha total autonomia para realizar suas refeições e suas necessidades básicas. Os professores utilizam atividades de colagem, cobrir, leitura através de desenhos para estimular seu interesse e sua aprendizagem. A estratégia da professora titular era propor atividades que exigia a concentração como recorte, colagem e pintura com tintas e lápis de cores.

Nas artes temos uma grande aliada para inclusão das crianças com deficiência, pois lhe proporcionam espaço para o autoconhecimento, ajudado no desenvolvimento global da criança, na socialização com seus pares e demais grupos sociais que frequentam, contribuindo de forma significativa para elevar a autoestima através de suas diversas linguagens com atividades como colagem, a pintura, a escultura, o desenho, a música, a dança, o teatro onde permitem ao indivíduo expressarem-se de forma única e pessoal, rompendo barreiras, ultrapassando limites através do fazer artístico e suas possibilidades.” (MATIAS, 2017, p. 03)

Todos os professores buscavam trabalhar métodos pedagógicos e estratégias que facilitassem os alunos superar suas necessidades especiais para que estes se sentissem parte no processo educativo no convívio escolar.

### **3.2 Da sala de recurso ao atendimento dos alunos com necessidades educativas especiais**

Escola Estadual Professora Rosa Cruz possui uma sala de recurso multifuncional e nas observações realizadas nesse ambiente percebeu-se que alunos com necessidades especiais que estudam no turno matutino eram atendidos na sala de recurso no período vespertino. Já os educandos que estudam à tarde frequentavam o ambiente pela manhã. Ou seja, sempre no contra turno.

A sala de recurso multifuncional contém, na sua parte interna, uma instante com diferentes jogos didáticos para ensinar as crianças os conteúdos usando regras específicas, possui um aparelho de som para trabalhar os movimentos corporais com músicas, possui uma mesa com cadeiras para os estudantes fazer suas atividades e socializar o conhecimento com o professor e colegas, possui um quadro branco para ser ministrado o conteúdo com ajuda de pincéis coloridos que desperto a curiosidade dos alunos, possui uma televisão para assistir informações educativas

facilitando a comunicação de alguns assuntos. A sala tem cones, bambolês, centopeia, bolas e cordas para trabalhar a coordenação motora, a percepção do espaço e agilidade dos alunos e também tem diversos desenhos coloridos nas paredes para chamar atenção e deixar as crianças à vontade no ambiente que é climatizado. Diferentemente da sala de recurso encontrada na pesquisa de Santos (2017, p. 33), que continha

dois computadores, um tablet que foi enviado pelo Instituto Helena Antipoff, livros didáticos e de histórias, materiais concretos (material dourado, por exemplo), três mesas para os alunos, sendo duas para os alunos menores, com quatro cadeira. Ainda há diversos brinquedos, tinta guache, massinha, jogos educativos. A sala tem rampa na entrada e na porta possui largura suficiente para acesso dos alunos cadeirantes da escola. Também há sala um ventilador e um ar condicionado.

As salas de recursos podem possuir diferentes tipos de materiais e uma pode se diferenciar do outro por ter mais acessibilidade e materiais pedagógicos que condizem com as necessidades dos alunos atendidos em cada espaço, porém todas tem o objetivo comum de estimular e potencializar o desenvolvimento da aprendizagem de cada educando, seja qual for sua limitação. Abaixo pode-se observar o ambiente da sala de recursos da escola pesquisada.

**Foto 09 e 10:** Parte física interna da sala de recursos.



**Fonte:** SABINO,2022.

Na sala de recursos, trabalham três professores, sendo dois no turno matutino e uma no turno vespertino. Todos os professores são formados em Normal Superior e fizeram cursos de formação continuada com treinamentos para atuar com a educação especial, ofertados pela SEDUC).

A sala de recurso permiti que os discentes com necessidades especiais desenvolvam com ajuda do professor e materiais didáticos pedagógicos a autonomia, autoestima descobrindo suas

habilidades. A professora que atendiam pela parte da manhã na sala de recursos não estavam exercendo seu trabalho pedagógico com os alunos, porque os pais disseram que não podiam levar os filhos, pois estavam trabalhando e não tinha uma pessoa que pudesse levá-los. Durante a pesquisa o atendimento nesta sala acontecia apenas pelo turno da tarde por apenas 2 horas e em dois dias na semana.

A professora que atendia no turno vespertino, estava organizando os horários e conversando com os pais para adequar os atendimentos nos dias e horários viáveis a todos, uma vez que, só um aluno estava frequentando a sala. A seguir apresentamos o quadro de horários da professora.

**Quadro 2:** Horário da professora do atendimento especial do turno vespertino.

Horário	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira
13:00 a 15:00	Aluno C	Aluno D	Aluno C	Aluno D
15:00 a 17:00	Aluno B	Aluno E	Aluno B	Aluno E

**Fonte:** Secretaria da escola.

Como apenas o aluno D estava participando normalmente do atendimento, a professora tinha tempo suficiente para passar várias atividades para desenvolver a atenção e o raciocínio lógico em conteúdos matemáticos usando o jogo das cores em contagem e identificação de cores, jogo da memória, bem com atividades de pular corda, jogar bola, entrada no túnel da centopeia, corrida lateral entre os cones e bambolês para ajudar em sua coordenação motora fina e grossa.

**Foto 11:** Aluno D com o jogo dominó das frases.



**Fonte:** SABINO, 2022.

No jogo dominó das frases, o discente tinha que montar a imagem de acordo com as frases, até decifrar todas as imagens e frases, fazendo leitura até o final.

O jogo é uma importante ferramenta no processo de aprendizagem lúdica na alfabetização. Durante o jogo a criança toma decisões, resolve seus conflitos, vence desafios, descobre novas alternativas e cria novas possibilidades de investigação. Para isso, necessita do meio físico e social, onde poderá construir seu pensamento e adquirir novos conhecimentos de forma lúdica, onde há o prazer a aprendizagem. (RODRIGUES, 2013, p. 40)

O aluno D, se saiu muito bem nas atividades mostrando agilidade com as mãos e facilidade de raciocinar ao formar as frases e tomar decisões e pensar estratégia de como juntar as figuras rapidamente.

Este mesmo aluno ao pintar com lápis colorido fazia movimentos em forma de pinça, aprendendo a ter coordenação, quando pintava pegava o lápis de maneira brusca, visto que, não tinha firmeza nas mãos. Nesta atividade não se saiu tão bem, pois pintava de qualquer forma, além de mostrar seu desinteresse neste tipo de atividades.

A pintura além de exercitar motor progride de acordo com os exercícios de pintar trabalham na sua concentração. Ao decorrer do tempo e com a prática, as crianças preocupam-se gradualmente com detalhes estéticos, ao passo que buscam evitar em seu desenho rabiscos, borrões, espaços a preencher e cores que não combinam com o que está sendo desenhado. (RODRIGUES et. al., s/d, p. 04)

Por mais que o educando não gostasse dessa atividade de pintura, a professora fazia para ele ganhar mais firmeza nas mãos ao segurar o lápis.

A professora na sala de recurso observou que o aluno D tinha movimentos limitados por estar com o peso acima do ideal para uma criança autista de seis anos. E propôs atividades físicas de pular na corda, onde o mesmo pulava com dificuldade. Outras atividades físicas realizadas pelo aluno foram: a de entrar no túnel da centopeia, pular entre os bambolês e depois correr de forma lateral entre os cones. No início o aluno fez bem lentamente as atividades com ajuda da professora e depois passou a fazer sozinho.

Em um determinado momento a acadêmica desafiou o aluno dizendo “você não me pega nesse trajeto, sou mais rápida que você”. Então, ele passou a fazer os exercícios mais rápidos incentivado pelo desafio de alcançar quem o desafiou. Assim, o desafio deu ânimo e motivou o aluno a ser mais veloz, fazendo a atividade brincando com alegria como podemos ver abaixo.

**Foto12, 13 e 14:** Aluno fazendo atividades físicas.



**Fonte:** SABINO,2022.

A professora trabalhou a psicomotricidade adaptado os exercícios para que o aluno D criasse uma linguagem corporal, movimentando seu corpo e despertando-se para a percepção do espaço e das atividades que podem ajudá-lo a ter maior flexibilidade, além de colaborar na diminuição de peso. Segundo Rufo e Moreno (2007, p. 70)

A psicomotricidade na escola define sua identidade educativa pedagógica dentro da concepção de uma prática lúdica vivenciada. Incluem um conceito amplo de educação para a diversidade e construção de valores, estimulando o desenvolvimento das potencialidades da criança para autonomia, criatividade e desenvolvimento do pensamento e afetividade.

Na sala de recurso multifuncional da escola, a docente trabalhava a psicomotricidade com seu aluno em quase todas as suas aulas para estimulá-lo em suas potencialidades.

Nas atividades de pinturas com tintas açaúche, o aluno D se saiu muito bem, pintava com capricho e dedicação como aparece a foto a seguir.

**Foto 15:** Pintura feita pelo aluno D.



**Fonte:** SABINO, 2022.

Esta atividade permitiu que o discente se expresse por meio da pintura, realizando movimentos precisos e cuidadosos para fazer uma pintura bonita, estimulando sua criatividade. Matias (2017, p. 03) diz que “a arte é uma linguagem rica e muito interessante que podemos usar como estratégia para trabalhar com as crianças, pois, permite que de forma lúdica, livre e criativa, elas experimentem e descubram a si mesmas, bem como a sua expressão, comunicação e as possibilidades de criação”. A pintura foi usada pela professora para que o aluno D pudesse melhorar coordenação fazendo algo que gostasse.

Na atividade do jogo de memória, o aluno D memorizava as imagens dos objetos e seus nomes e tinha que lembrá-los ao escolher as cartas. Aqui ele se mostrou muito esperto até em trapacear durante a realização do jogo. Relatam Ruffo e Moreno (2007, p. 01-02) que:

A utilização de brincadeira e jogos no processo pedagógico possibilita o despertar pelo gosto á vida, levando as crianças a enfrentarem os desafios que lhes surgirem. Trata-se do exercício de habilidades necessárias ao domínio e ao bom uso da inteligência emocional. A convivência de forma lúdica e prazerosa com a aprendizagem proporcionará a criança estabelecer relações as experiências vivenciadas, bem como relaciona-las ás demais produções culturais ou simbólicas conforme procedimentos metodológicos compatíveis a prática psicomotora.

Todas as vezes que o aluno D participou das atividades pedagógicas lúdicas, mesmo que no início era relutante em fazer, acabava por se interessar após as primeiras tentativas e mostrava-se alegre, brincava e se comunicava com maior facilidade e amava ser desafiado. A seguir temos a foto do aluno praticando o jogo de memória.

**Foto 16:** Atividade desenvolvidas com jogo.



Fonte: SABINO,2022.

A professora responsável pelo atendimento na sala de recurso no turno vespertino, antes de iniciar o trabalho com seus alunos, lia a ficha de cada um observando atentamente o que dizia os laudos médicos para saber quais recursos e atividades poderia trabalhar com cada um deles. A

docente também observava o aluno e procura aproveitar o máximo de suas experiências para ajudar no seu desenvolvimento.

A professora contava com ajuda de uma profissional da área da psicologia que atende a demanda de todos os alunos das escolas estaduais do Município. O atendimento com a psicóloga era feito por agendamento. De acordo com Ramos et.al. (2016, p. 01)

O trabalho da psicologia no ambiente escolar é caracterizado por um serviço preventivo e terapêutico. Quando se trata de inclusão educacional de pessoas com deficiência, ele tem um papel crucial na preparação dos profissionais envolvidos, apoio familiar e suporte a comunidade discente.

Neste intuito, a psicóloga pode contribuir no desenvolvimento escolar dos discentes, na convivência familiar destes trabalhando com terapia aos alunos e pais, para enfrentarem juntos as situações adversas vividas no processo de inclusão escolar e social.

### **3.3 Os recursos metodológicos no processo ensino-aprendizagem**

A pesquisa obteve onze questionários respondidos pelos professores, no qual os mesmos descreveram os recursos metodológicos que utilizavam para ministrar aulas aos alunos com deficiências. Os docentes foram identificados por letras do alfabeto para preservar suas identidades.

De acordo com as respostas da pesquisa sobre quais os recursos metodológicos utilizados, o docente A, disse usar em suas aulas jogos lúdicos, materiais de encaixe, blocos pedagógicos de madeira e caderno de leitura para ministrar aulas aos discentes com necessidades especiais. Kiya (2014, p. 9), expõem que “o uso de jogos bem como de atividades lúdicas, como recursos metodológicos, podem ser a saída para melhorar o processo de ensino/aprendizagem e tornar o trabalho educacional realizado em nossas escolas mais dinâmicas e prazeroso”.

Neste intuito, os jogos didáticos são recursos metodológicos que auxiliam bastante para que os discentes se desenvolvam no ensino-aprendizagem, oportunizando a trabalhar o raciocínio lógico relacionando-os ao conteúdo, com a finalidade de alcançarem determinados objetivos. Os jogos permitem ao educando com necessidades especiais pensarem de maneira articulada para jogar, buscando estratégias para vencer o jogo, ao brincar eles saem da rotina do formalismo e aprendem de forma dinâmica e descontraída.

Assim, nove dos onze professores responderam que trabalham com jogos como recurso facilitador do ensino-aprendizagem das crianças com necessidades especiais e demais alunos no processo de inclusão. Os docentes A, C, D, E, F, G, H, e J usam como estratégia a aplicação de jogos para obterem melhores resultados no envolvimento dos alunos nas atividades e na assimilação dos conteúdos.

A docente B diz que muitos recursos metodológicos precisam ser adaptados conforme a limitação de cada estudante para se tornar mais eficaz no ensino-aprendizagem. E de fato, em diversas situações nos espaços escolares, principalmente, na sala de aula, para que o discente com deficiência se sinta com autoestima e capaz de realizar suas atividades, é necessário que haja adaptações nos materiais pedagógicos para auxiliar na necessidade do mesmo, levando a evolução em cada desenvolvimento de sua aprendizagem. A docente C, afirma que utiliza quebra-cabeça, bingo e sons iniciais, jogo da memória e outros de forma a incentivar a participação, a interação nas aulas e facilitar a compreensão do que é ensinado.

O uso do jogo ou de qualquer outra atividade lúdica quando utilizado pelo professor com intuito de ensinar, de mediar a aprendizagem, pode ser entendido como um recurso pedagógico facilitador que tornará a aprendizagem mais significativa e prazerosa. Assim jogos como quebra-cabeça, bingo e jogo da memória ou os jogos lúdicos em geral são um ótimo aliados e principalmente a discentes com deficiências, pois permiti que a criança fazer uma interpretação do mundo a sua volta, além de assegurar o aprendizado acelerando seu desenvolvimento no processo ensino-aprendizagem (KIYA, 2014, p. 12).

O docente D expõe que, nem todos os recursos metodológicos são eficazes e que utiliza-se de materiais impressos e jogos lúdicos para preparar e aplicar suas aulas. As atividades impressas são importantes aliados para o professor trabalhar no seu dia, dia, pois permite que os alunos adquiram ou melhorem sua coordenação ao cobrir letras e/ou números com lápis e fazer colagem sobre desenhos. “O uso de materiais didáticos diversificados, possibilita dinamizar a aula, além de estabelecer nova relação entre aluno e conteúdo a ser trabalhado, não significando, contudo, que seja a tabua de salvação para todos os problemas enfrentados no cotidiano escolar” (SANTOS, 2014, p. 9).

Dessa forma, nem todos os recursos pedagógicos vão ser todo tempo eficaz, vai depender muito do educando e de seu desenvolvimento. Porque uns aprendem com um recurso metodológico e o outro pode não aprender da mesma maneira. O docente E, afirma que há



sempre a necessidade de adaptar os recursos para que haja maior resultado. Os recursos que mais usa são o alfabeto móvel, quebra-cabeça e ábaco. Para Santos (2014, p.05),

ao trabalharmos a ideia de produção de material didático levamos em conta um processo de pesquisa onde o professor elabora ou organiza recursos didáticos de forma a atender um objetivo específico e ao mesmo tempo define os percursos a serem seguidos na aula, o que costumamos chamar de sequência didática ou plano de aula.”

Por isso, a organização é muito importante para fazer adaptações de acordo com a necessidade do educando, para que os recursos metodológicos venham ajudar o mesmo e assim forneça habilidades para sua independência no seu desenvolvimento escolar.

O docente F, usa recursos visuais como: o alfabeto móvel, jogos e atividades escritas. Já o docente G, faz uso do alfabeto móvel, de banners, de blocos lógicos, de dados, do ábaco e cartela de bingos com letras. O bingo é uma boa estratégia para trabalhar com os discentes as dimensões (diagonal, vertical e horizontal) da cartela dão a noção de direção. O docente H prepara aulas com o uso de pinturas, quebra cabeça, montar objetos e atividades motoras.

O docente I, explica que cada caso deve ser trabalhado levando em conta suas particularidades e relata que o seu aluno consegue acompanhar todas as atividades feitas na sala de aula. Percebemos que embora os alunos com necessidades especiais apresentem o mesmo tipo de deficiência, como é o caso do autismo, cada um pode apresentar um grau diferente da síndrome e o recurso pedagógico que serviu para a aprendizagem de um, pode não servir para o outro, até porque esses alunos possuem vivências diferentes em seus núcleos familiares e nos ambientes em que frequentam podendo ser fator determinante para uma melhor aquisição de conhecimentos e desenvolvimento do indivíduo.

O docente J, também utiliza brinquedos pedagógicos e atividades impressas. O docente K diz utilizar com seus discentes especiais, o dominó de adição e subtração e jogo da memória. Santos (2009) apud em Santos et.al (2016, p. 05), frisa que,

A utilização de recursos didáticos diferenciados na Educação inclusiva exige que os professores se transformem” social e individualmente. Mais a maior mudança que pode ocorrer com o uso correto de tais recursos é o desenvolvimento de uma comunicação entre os professores e os alunos, tendo como resultado a evolução de suas identidades intrapessoale interpessoal.

Entretanto, todos os docentes usam de alguma forma outros meios didáticos, além do quadro branco para planejar e ministrar suas aulas que ajudam a reforçar o aprendizado dos educandos, e ainda fortalece a relação do professor/aluno e aluno/aluno facilitando o processo educativo.

### **3.4 As dificuldades na aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais.**

Os professores relataram sobre os obstáculos enfrentados no cotidiano escolar ao trabalhar com a inclusão de discentes com necessidades especiais.

O docente A, disse que sua maior dificuldade está no tempo disponível para se planejar e preparar as aulas. O tempo é fundamental para o professor se planejar e organizar os materiais que vai utilizar nas aulas, em particular, para a confecção desses materiais que requerem atenção focando nas limitações que pretendem ser superadas.

O docente B, aponta que sua dificuldade é conseguir trabalhar de forma articulada e em parceria com as famílias dos alunos, uma vez que, as famílias, em sua maioria, colocam a responsabilidade de acompanhar e participar da vida escolar dos filhos somente nos professores.

Para que o educando se desenvolva no ensino-aprendizagem com excelência e vença suas limitações é preciso uma parceria da família com a escola, ajudando o aluno da melhor forma possível, se não houver essa ajuda da família, sozinho o docente não conseguiu tanto êxito no desenvolvimento do aluno em vencer as limitações que apresenta. E família é a primeira responsável pela educação de seus filhos, munindo-os de valores, limites e aprendizagem do dia a dia. “Todo o trabalho realizado da escola terá maior êxito, se acompanhado diretamente pelos membros da família dos deficientes. Esse trabalho de acompanhamento dá, primeiramente, segurança à criança e permite a ela desenvolver as suas habilidades de forma mais tranquilas” (HOLLERWEGER E CATARINA, 2014, p. 10). Assim, a família tem um papel importantíssimo no desenvolvimento dos alunos, e precisam ficar atentas para não serem negligentes nesse processo.

A falta de apoio pedagógico são os obstáculos citados pelos docentes B e H, mostrando uma preocupação, no não acompanhamento por parte do pedagogo no cumprimento de sua função. Sabendo que o pedagogo no ambiente escolar tem a função de mediar o trabalho pedagógico em todo os espaços escolares, principalmente na orientação dos docentes de como

trabalhar com os discentes para um melhor acolhimento quando estes estão com dificuldades e não sabem o que fazer para solucionar os impasses surgidos no exercício da profissão. Paula e Costa (2007, p. 11) constatam que,

Não se pode aceitar que uma criança com deficiência seja simplesmente colocada no mesmo espaço que as demais, sem que a escola se preocupe em atender suas necessidades educacionais especiais. Ao mesmo tempo em que frequentam a classe comum, os alunos têm direito a um apoio pedagógico especializado, em outro horário. Tem direito, também, aos recursos materiais e pedagógicos para facilitar e garantir o aprendizado do currículo escolar.

Se os professores têm o apoio pedagógico, podem auxiliar os alunos com necessidades em conjunto com ele dispendo de métodos que possam fazer o educando evoluir na aprendizagem.

O docente C, descreve que seu maior obstáculo foi convencer os pais a aceitarem levar o filho especial para a escola no contra turno. Hollerweger e Catarina (2014, p. 03) dizem,

Para que se possa construir uma sociedade inclusiva é preciso antes de qualquer coisa, haver toda uma mudança no pensamento das pessoas e na estrutura da sociedade, isso requer certo tempo, mas, é a real aceitação das pessoas com necessidades especiais que irá nortear e desencadear essas mudanças e, essa aceitação deve começar pela própria família.

Aceitar a necessidade especial dos filhos e colaborar para seu processo educativo de inclusão é a melhor decisão que um pai pode tomar. Porque a ajuda de um profissional pode mudar a configuração e o status da pessoa deficiente na sua convivência e participação na sociedade. Por isso é importante que haja a aceitação e conhecimento da necessidade especial do educando por parte dos pais e de toda a sociedade.

O docente D, chama a atenção para a falta de materiais adaptados, a falta de sinalizações no espaço escolar, a falta de uma infraestrutura mais adequada, a superlotação das salas e a falta de auxiliares da vida escolar como obstáculos a serem superados, para que os discentes tenham maior conforto e comodidade ao estudarem e se locomoverem no ambiente escolar. Sobre os desafios da inclusão, Rosa e Papi (s/d, p. 12) mencionam que o professor “não consegue fazer atividades adaptadas por ter muitos alunos em sala, o que é indicativo de que percebe que a resolução dessa questão é uma necessidade”.

Percebemos que essa é uma realidade enfrentada na escola pesquisada, a superlotação das salas de aulas regulares, dificultam o trabalho pedagógico, a inclusão e o desenvolvimento dos

alunos com necessidades especiais, tanto que, os professores precisam dispor de mais atenção para os estudantes com deficiências. Porém, com salas cheias fica inviável essa prática. Os docentes D, F e I citam que enfrentam dificuldades em suas ações na sala de aula, porque elas estão com grandes quantidades de alunos.

O desafio enfrentado pelo docente E, consiste na falta de colaboração dos pais no processo ensino-aprendizagem, limitando os filhos ao tratá-los como incapazes de evoluir, mesmo com suas limitações. Os pais não impõem regras e nem incentivam os filhos a prosperar em seus estudos. “A família constitui o primeiro universo de relações sociais para a criança. Essa influência no desenvolvimento e crescimento infantil, nas relações estabelecidas verbalmente e nas ações, servindo assim como modelo de identificação” (PEDROSO e MARTINS, 2008. p.108).

Por isso são as famílias os primeiros educadores de seus filhos, é deles que tem que vir as regras e limites para quando chegar na escola o aluno, já ter uma visão formada sobre isso. “Muitas das vezes na tentativa de resolver uma situação, os pais não conseguem sustentar uma ordem dada” (PEDROSO; MARTINS 2008. p.108)”. Dessa forma, acabam com seu amor incondicional, deixando de lado essa ordem permitindo prejudicar a disciplina de seus filhos, e acabam levando consequências à escola quando o professor deseja trabalhar com esse educando.

O docente G diz que a escola procura ser solidária e ajuda nas dificuldades do professor. E a dificuldade maior que encontram é não ter um cuidador, ou seja, um auxiliar da vida escolar. As crianças têm esse direito garantido, no entanto, é preciso que os pais apresentem o laudo no início do ano letivo, e como eles tem dificuldades também de conseguir esse laudo médico, na maioria das vezes, acabam fazendo a matrícula como se seus filhos não tivessem deficiências para garantir a vaga na escola. E além disso, é preciso que o profissional contratado para acompanhar o aluno com necessidade especial, na escola seja um “professor habilitado ou especializado em educação especial que presta atendimento educacional ao aluno que necessite de apoio intenso e contínuos” (PARANÁ, 2003, p. 20 apud em SOUZA et.al, 2015, p. 04).

A escola pesquisada possui poucos profissionais da educação especial que possam dar apoio a esses alunos. A falta do profissional auxiliar da vida escolar foi mencionada pelos docentes D, G, H e I mostram bastante preocupação. Porque é esse profissional que auxilia o educando, e trabalhar em parceria com o docente titular da sala de aula, buscando métodos diferenciados e testando a melhor forma para que estes educandos aprendam.

O docente H também destacou a falta de materiais didáticos, falta do apoio pedagógico e uma formação continuada na área das necessidades especiais como dificuldades enfrentadas no exercício da docência. “A formação dos profissionais da educação é tarefa, sem dúvida, essencial para a melhoria do processo de ensino e para o enfrentamento das diferentes situações que implicam a tarefa de educar” (PAULON et. al., 2005, p. 21). Para isso é muito importante que o professor tenha formação para que ao observar seus educandos especiais, reconheça suas limitações e saibam como potencializar suas habilidades.

É muito relevante também que o docente tenha à sua disposição, materiais didáticos para inovar suas aulas oferecendo uma aprendizagem diferenciada, visto que os alunos se diferenciam por suas limitações e nas formas de acessar o conhecimento com facilidade. Então, o professor só pode transformar suas aulas em uma experiência rica e cheia de significados se tiver materiais didáticos para isso. Para que o professor trabalhe numa prática pedagógica construtiva, onde o discente possa realmente apresentar sua evolução no ensino-aprendizagem, é salutar que o docente possa ter acesso a materiais pedagógicos adaptados, para auxiliar seu educando. Obter uma formação continuada na educação especial facilita para que o professor tenha mais conhecimento do recurso que vai utilizar.

Para Carvalho (2015, p.16), “a formação continuada de professores caracteriza-se como um dos principais componentes para um diferencial na qualidade de ensino aprendizagem relacionando à inclusão”. Assim os docentes H e K dizem que precisam de formação continuada para melhorar o seu trabalho com alunos especiais.

O docente K, esclarece que é seu primeiro ano trabalhando com os alunos especiais e tudo se torna um desafio, dado que, o mesmo não tem formação na área, e é difícil lidar com eles. Mas ao mesmo tempo, isso o faz buscar conhecimentos para trabalhar com eles. Na visão de Carvalho (2015, p. 16):

Professores e professoras têm um papel fundamental na construção de escolas para todos. Para realizarem sua função Social como educadores (as), devem adquirir habilidades para refletir sobre as práticas de ensino em sala de aula e para trabalhar em colaboração com seus pares a fim de contribuir na construção de abordagens educacionais dinâmicas e inclusivas, a partir das quais os estudantes com necessidades educacionais especiais têm acesso as mesmas oportunidades de aprendizagem e de participação na vida escolar e na comunidade.

Nesse sentido, é necessário que as escolas promovam projetos de formação aos professores que trabalham diretamente com educandos especiais.

Portanto, as maiores dificuldades encontradas na Escola Estadual Professora Rosa Cruz e mencionadas pelos professores foram: a falta do professor auxiliar da vida escolar, a presença mais ativa dos familiares na vida escolar dos filhos, falta de materiais pedagógicos, falta de apoio pedagógico e a falta de uma melhor infraestrutura da escola para receber alunos especiais dando mobilidade a sua locomoção.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a pesquisa na Escola Estadual Professora Rosa Cruz constatamos que os educandos com necessidades especiais, são parte participativa na escola e dotados de inteligência, capacidade para se desenvolver no ensino-aprendizagem de suas vidas escolares permitido e gerando autonomia em seus próprios conhecimentos.

A escola é privilegiada por possuir uma sala de recursos multifuncional exclusiva com materiais pedagógicos didáticos e profissionais formados para receber e promover a inclusão dos discentes com necessidades especiais, trabalhando no foco de suas dificuldades. E embora os recursos pedagógicos ainda não sejam o ideal, já é um começo para trabalhar com os educadores especiais. Dentre esses materiais foram mencionados diversos jogos lúdicos, materiais impressos, pinturas, banner entre outros usados para promoção da inclusão escolar e no desenvolvimento do ensino-aprendizagem dos alunos.

Os professores enfrentam dificuldades tais como: a falta de parceira da família, falta de professores auxiliares, falta de apoio pedagógico, salas superlotadas e outras. Todavia estes docentes trabalham sempre em equipe na escola, para melhorar cada vez mais o processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais.

A escola e os professores utilizam-se de recursos materiais e pessoais que corroboram no processo de ensino das crianças com deficiência e ou necessidades educativas especiais e seu bem-estar no ambiente escolar.

A pesquisa oportunizou a acadêmica de pedagogia viver o processo educativo na Escola Estadual Professora Rosa Cruz contribuindo para a sua formação pessoal e profissional ao frequentar as aulas nas turmas regulares e na sala de recurso multifuncional. Nessa prática pude perceber a imensa importância que tem o professor na vida escolar e social para a inclusão dos alunos especiais. Ao observar o comportamento e desenvolvimento de cada aluno percebi que as suas limitações não devem ser fatores para a sociedade duvidar de suas capacidades, pois com motivação, estímulo e acompanhamento eles podem ir além do que imaginamos ao desenvolver suas habilidades físicas e cognitivas.

A minha falta de conhecimento fez com que me propusesse a conhecer mais sobre a temática e fizesse pesquisas para aprender a lidar com os alunos. Assim, a experiência foi enriquecedora para uma futura profissional da educação.

Portanto, é necessárias mais divulgações e movimentação que corroborem para a promoção da inclusão das pessoas com necessidades especiais na sociedade. Esse processo vai desde o ambiente familiar e perpassa pelos demais seguimentos da sociedade para que em um futuro próximo, o processo aconteça naturalmente e onde todos façam sua parte para que os deficientes sejam definitivamente integrado em qualquer ambiente social.



## REFÊRENCIAS BIBLIOGRÁFICA

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a educação especial na Educação Básica/ Secretaria de Educação Especial-** MEC; EESP, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Subsecretaria De Edições Técnicas. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretária da Educação Especial. **Manual de Orientação:** Programa de Implantação de salas de recursos Multifuncional, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência-CORDE. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Tradução Oficial/Brasil Brasília Setembro de 2007.

CARVALHO, dos S. B. J. **A Importância da Formação de Professores na Escola Inclusiva:** Estudo de Caso da Escola Classe Nº 64 de Ceilândia Sul-Brasília/DF. Curso de especialização em desenvolvimento Humano. Brasília/2015.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FONSECA. Meneses Amir Luiz. **Metodologia científica ao alcance de todos/** 4ºed. Manaus: Editora Valer, 2010.

FRIAS, A. M. E. **Inclusão Escolar do Aluno Com Necessidade Educacionais Especiais.** Artigo apresentado no ano de 2008/2009 na área da educação especial, Universidade Estadual de Maringá Programa de Desenvolvimento Educacional-PDE em Paranavai.

GARCIA, S. C. D.; ROCHA, R. O. G. **O Funcionamento e a organização da Sala de recurso multifuncional (SEM) da EMEIEF Rotary junto aos alunos em situação de deficiência do ciclo I.** artigo publicado em IV COLBEDUCA e II CIEE , 24 e 25 de janeiro de 2018, Braga e Paredes de coura, Portugal.

GIACOMINI, L; SARTORETTO, M. L.; BERSCH, R, R. de C. **Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar:** orientação e mobilidade adequação postura e acessibilidade espacial-Brasília. Ministério da Educação Especial: (Fortaleza): Universidade Federal do Ceará, 2010.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisas qualitativas em Ciências Sociais. – 10ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2007.

HOLLERWEGER, Silvana; CATARINA, S. B. M. **A Importância da Família na Aprendizagem da Criança Especial.** Artigo publicado na Revista de Educação do IEAU-REI.V.9-nº19-Janeiro-Junho, 2014.

KAILER, L. G. P. **O Papel do Pedagogo em Relação à Inclusão Escolar.** Artigo apresentado no XI Congresso Nacional de Educação (EDUCERE), II seminário internacional de representações sociais, subjetividade e educação-SIRSSE, IV seminário internacional sobre profissionalização docente-SIPD/CÁTEDRA UNESCO, Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, de 23 a 26 de 2013.

KIYA, S. da C. M. **Caderno Pedagógico: O Uso de jogos e de atividades lúdicas como recursos pedagógicos facilitador da aprendizagem.** Material didático desenvolvido como requisito do PDE- Programa de Desenvolvimento Educacional, da secretária de Estado da Educação-SEED, na área de Pedagogia, Ortigueira 2014.

LEITE, F. S.; OLIVEIRA, G. P.; THOMACHESKI, E. G. B.. **A prática docente na alfabetização de alunos com necessidades especiais:** relatos de experiências em uma instituição de educação especial em Curitiba/PR. Artigo apresentado no XI Congresso Nacional de Educação (EDUCERE), Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2013.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo, EPU, 1986.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados-7ed.-7.reimpr. -São Paulo: Atlas,2013.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica -8.ed.- (3 Reimpr.).** – São Paulo: Atlas, 2019.

MATIAS, F. J.. **A arte como elemento facilitador no contexto da educação inclusiva,** trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado ao curso de Bacharelado em Psicologia, Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa, 2017.

MAZZOTA, M. J. da S.; D'ANTINO, M. E. F. **Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais:** cultura, educação e lazer. Artigo publicado em 2011, São Paulo. Disponível em <<https://www.scielo.org/article/sausoc/2011.v20n2/377-389/>>. Acesso em: 29/09/2020.

MEDONÇA, S. A. Ana. **Educação Especial e Produção Inclusiva:** Dicotomia de Ensino Dentro de um Processo Educativo. Artigo publicado em VIII encontro de pesquisa em educação. III Congresso Internacional Trabalho Docente e Processos Educativos. Universidade de Uberaba campus Aeroporto. Mestrado em educação, 2015.

MELO, M. A.; PUPO, T. D. A. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar**: livro acessível e informática acessível –Brasília. Ministério da Educação. Secretária de Educação Especial; (Fortaleza): Universidade Federal do Ceará, 2010.

MIRANDA, G. T.; ROCHA, S. N.; SANTOS, de A. P. **O papel da sala de recursos para a inclusão do aluno com deficiência**. Artigo publicado no V Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial, Londrina, 2009.

MONTE, F. R. F. **Saberes e práticas da inclusão**: dificuldade acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento. Reimpressão-Brasília: MEC, SEESP, 2004. 65. p.: il. (Educação Infantil).

MOREIRA, A. M. H.; CANTO, B. S. **O Atendimento Educacional Especializado Nas Salas de Recursos Como Apoio Ao processo Ensino-Aprendizagem**. Artigo publicado no IX Simpósio Educação e Sociedade contemporânea: desafios e propostas a escola e seus sentidos. Universidade do Estado do Rio de Janeiro-cap-UERJ-04,06 de setembro de 2014.

OLIVEIRA, A. de P. **Atravessamentos no processo da inclusão escolar**. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal de Minas Gerais. Curso de Gênero e Diversidade na escola, Belo Horizonte, 2016.

PAULA, A. R.; COSTA, C. M. **A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva/ Cartilha**. Reimpressão- Brasília. Ministério da Educação. Secretária de Educação Especial.

PAULON, M. S; FREITAS, L. B. L.; PINHO, S. G. **Educação Inclusiva**: Documento Subsidiário à Política de Inclusão. Ministério da Educação Secretária de Educação especial, 2005.

PEDROSO, I. J.; MARTINS, D. C. **A importância da Família dos Limites no Desenvolvimento de Crianças com Necessidades Especiais**. Artigo publicado na Revista: Educação Especial” N.31p.105-116,2008, Santa Maria. Disponível em: [http://www.ufsm.br/br./ce/revista\\_Jussara/I.Pedroso-Carlos D.Martins](http://www.ufsm.br/br./ce/revista_Jussara/I.Pedroso-Carlos D.Martins). Acesso em: 16/05/2022.

PINHEIRO, M.; TEIXEIRA, M. de M. R. **A Importância do recorte da colagem no ensino de Arte para o Desenvolvimento psicomotor e para o conhecimento estético do Aluno do 6º ano do Ensino Fundamental**. O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense/Paraná, 2010.

RAMOS, S. F; FONTES, D. L. A.; CORDEIRO, P. M. M.; JÚNIOR, S. de C. A. **O papel do psicólogo escolar no processo de inclusão educacional de pessoas com deficiências**. Artigo apresentado II Congresso internacional de Educação Inclusiva. II Jornada chilena Brasileira de educação inclusiva, Capina Grande-PB, 2016.

RODRIGUES, M. A; JÚNIOR, B. N. J.; PEREIRA, L. D. L. **Estudo de Caso: A Pintura Como Ferramenta de Desenvolvimento Psicomotor Durante a Alfabetização**. Artigo publicado ao Congresso Nacional de Educação (V CONEDU). Disponível em: <<https://editorarealize.com.br>> Acesso em: 15/05/2022.

RODRIGUES, S. da L. **Jogos e brincadeiras como ferramentas no processo de aprendizagem lúdica na alfabetização**, Dissertação de Mestrado. Brasília-DF, 2013.

ROSA, da B. K.; PAPI, G. O. da S. **Os professores e os desafios da Inclusão de alunos com deficiência no ensino comum**. Artigo publicado no XIII Congresso Nacional de Educação (EDUCERE) Formação de professores: contextos, sentidos e práticas. Disponível em:<<https://educere.bruc.com.br>>. Acesso em:15/05/2022.

RUFFO, M. A.; MORENO, D. A. **Contribuição da Psicomotricidade através de atividades lúdicas em crianças com deficiência mental**. Coleção Pesquisa em Educação Física- Vol 6, nº 2, 2007.

SANTOS, A. M. J.; BAZANE, D. G. M. T.; SILVA, da J. J. **Desafios do ensino de matemática para alunos com deficiência no ensino regular**. Artigo apresentado no II Congresso Internacional de Educação Inclusiva, Capina Grande-PB, 2016.

SANTOS, C. M. **A importância da produção de material didático na prática docente**. Artigo publicado no VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, Vitória/ES, 2014.

SANTOS, L. do C. C. **A sala de recursos multifuncionais e seu papel na inclusão de crianças com transtorno do espectro autista**. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

SARTORETTO; M. L.; BERSCH, R. R. de C. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativo e alternativo-Brasília**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (Fortaleza). Universidade Federal do Ceará, 2010.

SILVA, da V. T. **Inclusão Escolar: Relação Família-Escola**. Artigo apresentado no IX Encontro Nacional Sobre Atendimento Escolar Hospitalar-ENAEH, SIPO/CATEDRA UNESCO. V seminário Internacional sobre Profissionalização Docente-SIPO, PUCPR, 2015.

SILVA, G. O. M. **A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais nas escolas secundárias: Um estudo de caso num agrupamento de escolas da região de Lisboa e Vale do Tejo**. Tese de Mestrado em Ciências da Educação Especial, Universidade Fernando Pessoa/Porto, 2015.

SOUZA, F. F; VALENTE, M. P; PANNUTI, M. **O papel do professor de apoio na inclusão escolar**. Artigo publicado no XII Congresso Nacional de Educação, PUCPR, 2015.

SOUZA, S. R. **A inclusão com necessidades educativas especiais nas aulas práticas de educação física na Escola Estadual Maria Nazaré Pereira Vasconcelos (Macapá-AP)**. Universidade de Brasília. Faculdade de Educação Física. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Macapá-AP, 2012.

STAKE, E. R. **Pesquisa Qualitativa**: estudando como as coisas funcionam. Tradução: Karla Reis. Revista técnica: Nilda Jacks.- Porto Alegre: Penso, 2011.

TREVISAN, F. F. P.; CARREGARI, J. **Construindo conhecimento em educação especial**. 2<sup>a</sup> ed.-Manaus: Editora Valer, 2011.

ZLUHAN, R. M.; RAITZ, R. T. **A educação em direitos humanos para amenizar os conflitos no cotidiano das escolas**. Revista brasileira, estudos pedagógicos. (Online). Brasília v.95, nº 239, p.31-54,jan/abril, 2014.